

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

ALINKA LOPES DE PAULAS

**COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA: OS CASOS DE ANGOLA E
BOTSWANA**

Florianópolis
2014

ALINKA LOPES DE PAULAS

**COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA: OS CASOS DE ANGOLA E
BOTSWANA**

Monografia submetida ao curso de
Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de
Bacharelado.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Patricia F. F.
Arienti

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

PAULAS, ALINKA LOPES DE
COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA : OS CASOS DE ANGOLA E
BOTSWANA / ALINKA LOPES DE PAULAS ; orientadora, Patricia
F. F. Arienti - Florianópolis, SC, 201.
106 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Curso de Relações
Internacionais.

Inclui referências

1. Economia e Relações Internacionais. 3. Cooperação
Internacional. 4. Angola. 5. Botswana. 6. China. I.
Arienti, Patricia F. F.. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Relações Internacionais. III. Título.

ALINKA LOPES DE PAULAS

**COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA: OS CASOS DE ANGOLA E
BOTSWANA**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (nove) à acadêmica Alinka Lopes de Paulas na disciplina CNM 7280 – Monografia –, pela apresentação do trabalho intitulado: Cooperação Sino-Africana: os casos de Angola e Botswana.

Banca Examinadora:

Prof^ª Patricia Fonseca Ferreira Arienti
Orientadora

Prf^ª Karine de Souza Silva
Membro 1

Prf^º Saulo de Castro Silva
Membro 2

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise da cooperação sino-africana, tendo como objeto de estudo as relações entre China-Angola e China-Botswana ao longo do período 2000 a 2012. A análise foi conduzida com o objetivo de investigar, sob a ótica da economia política internacional, se, ao estabelecer a cooperação sino-africana, a China estaria se tornando um parceiro do desenvolvimento africano. Para a execução do trabalho, foram selecionados dois países africanos, quais sejam Angola e Botswana, considerando-se que um país (Angola) possui petróleo e que o outro país (Botswana) não possui petróleo. Essa seleção foi feita com o objetivo de verificar os impactos da cooperação sino-africana nesses dois países. A análise foi feita com base nos dados estatísticos de comércio exterior, IDH, projetos financiados pela China em Angola e em Botswana. Em relação às observações dos dados, foram identificados indícios de que a cooperação sino-africana está diretamente relacionada com o fator dos recursos energéticos, especificamente o petrolífero, ou seja, os países, como Angola, obtêm prioridade e mais privilégios na cooperação com a China do que os países, como Botswana, que não possuem petróleo em seus territórios. Por fim, observa-se, com base na análise dos dados, que a China estaria se tornando um parceiro para o desenvolvimento africano ao manter relações comerciais, diplomáticas e de cooperação com países sem petróleo, entretanto, ainda é uma relação recente que está sendo construída.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Angola. Botswana. China.

ABSTRACT

This work is a analysis of the Sino-African cooperation, with the object of study relations between China-Angola and China-Botswana over the period 2000-2012. Analysis was conducted to investigate, from the perspective of the economy international politics, if, when establishing a Sino-African cooperation, China was becoming a partner of African development. To perform the work, we selected two African countries, namely Angola and Botswana, considering that a country (Angola) has oil and that the other country (Botswana) has no oil. This selection was made in order to check the impact of the Sino-African cooperation in these two countries. The analysis was based on statistical data of foreign trade, HDI projects financed by China in Angola and Botswana. On the observations of the data, evidence that the Sino-African cooperation is directly related to the factor of energy resources, specifically oil, countries such as Angola, get more privileges and priority on cooperation with China were identified than countries such as Botswana, which have no oil in their territory. Finally, it is observed, based on the analysis of the data, that China was becoming a partner for African development to maintain trade, diplomatic relations and cooperation with countries without oil however, is still a recent relationship that is being built.

Keywords: International Cooperation. Angola. Botswana. China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação Comercial de Angola com a China de 1995 a 2011.....	61
Gráfico 2 - Composição das Importações Angolanas da China em 2011.....	64
Gráfico 3 - Crescimento do PIB e Crescimento do PIB Per capita de Angola.....	68
Gráfico 4 - Projetos com Financiamento Chinês em Angola e Botswana de 2000 a 2013	72
Gráfico 5 - Relação Comercial de Botswana com a China de 1995 a 2011.....	75
Gráfico 6 - Composição das Importações Botswanaesas da China em 2011.....	78
Gráfico 7 - Crescimento do PIB e Crescimento do PIB Per capita de Botswana.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem das Importações de Angola em 2000 e 2011	62
Tabela 2 - Direção das Exportações de Angola em 2000 e 2011	63
Tabela 3 - Composição das exportações de Angola para a China em 2011.....	65
Tabela 4 - Índice de desenvolvimento humano de Angola (1980-2012)	66
Tabela 5 - Origem das Importações de Botswana em 2000 e 2011´	76
Tabela 6 - Direção das Exportações de Botswana em 2000 e 2011	77
Tabela 7 - Composição das Exportações de Botswana para a China em 2011.....	79
Tabela 8 - Índice de desenvolvimento humano de Botswana (1980-2012)	80

LISTA DE SIGLAS

BNA	Banco Nacional de Angola
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
EPI	Economia Política Internacional
FLNA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
IDH	Índice de Desenvolvimento
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NEP	Nova Política Económica
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programas de Ajuste Estrutural
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SBA	Stand By Arrangement
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 TEMA	19
1.2 PROBLEMÁTICA	21
1.3 OBJETIVOS	22
1.3.1 Objetivo geral	22
1.3.2 Objetivos específicos	22
1.4 JUSTIFICATIVA	22
1.5 METODOLOGIA	23
2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: CONTEXTO, DEFINIÇÕES, HISTÓRIA E ASCENSÃO DO TEMA NA AGENDA DOS PAÍSES	26
2.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	26
2.2 DEFINIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	29
2.3 HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA.....	32
2.4 ASCENSÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGENDA DOS PAÍSES	34
3. CHINA	40
3.1 A INSERÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGENDA CHINESA	40
4. ÁFRICA	44
4.1 IMPACTOS DO COLONIALISMO SOBRE A ÁFRICA	44
4.2 COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA	54
4.3 EXPLORAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DE ANGOLA E BOTSWANA.....	59
4.4 ANGOLA.....	60
4.4.1 Projetos financiados pela China em Angola de 2000 a 2013	71
4.5 PROJETOS COM FINANCIAMENTO CHINÊS EM ANGOLA E EM BOTSWANA DE 2000 A 2013	72
4.6 BOTSWANA.....	74
4.6.1 Projetos financiados pela China em Botswana de 2000 a 2013	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	99

ANEXO A – Projetos em Angola e Botswana por ano e seus respectivos status	99
ANEXO B – Projetos financiados pela China de 2000 a 2013 em Angola. Seleção específica dos projetos em contribuição financeira bruta.....	100
ANEXO C – Cinco principais projetos com financiamento oficial e não oficial chinês de 2000 a 2013 em Angola.....	101
ANEXO D – Projetos com financiamento oficial e não oficial chinês em Angola distribuídos por setor.....	102
ANEXO E – Projetos financiados pela China de 2000 a 2013 em Botswana. Seleção específica dos projetos com contribuição financeira bruta.....	103
ANEXO F – Cinco projetos com financiamento oficial e não oficial chinês de 2000 a 2013 em Botswana.....	104
ANEXO G – Projetos com financiamento oficial e não oficial chinês em Botswana distribuídos por setor.....	105

1. INTRODUÇÃO

O tema da cooperação internacional, dentro da questão da segurança energética, adquiriu prioridade na agenda internacional de muitos países nas últimas décadas. Suprir a necessidade energética interna com a escassez desses recursos no mundo fez com que muitos países recorressem à cooperação internacional, como é o caso da China. Ao mesmo tempo em que a segurança energética e a cooperação internacional são muito atreladas às questões domésticas, de segurança nacional e de desenvolvimento, possuem efeitos transfronteiriços e, com isso, passam a fazer parte da agenda internacional.

A cooperação internacional é utilizada pelos países como um instrumento de política externa delineada com base nos seus interesses. A China adotou a cooperação internacional como um elemento crucial da sua política externa desde 1993, quando deixou de ser autossuficiente em petróleo. Desde então, a China vem mantendo relações amistosas e cooperando com vários países, principalmente com os que possuem recursos energéticos.

Na abordagem desse tema, esta pesquisa tem por objetivo investigar, sob a ótica da economia política internacional, se, ao estabelecer a cooperação sino-africana, a China estaria se tornando um parceiro do desenvolvimento africano. Embora a China mantenha relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com 50 dos 54 países africanos, esta pesquisa utilizará apenas dois desses países, Angola e Botswana, pois estes representam um exemplo de que a cooperação sino-africana foi estabelecida, tanto com países que possuem petróleo como com países que não possuem esse recurso energético. Ademais, é necessário dizer que o foco do trabalho não é realizar uma análise das críticas ocidentais sobre a atuação chinesa no continente africano, mas sim analisar o impacto da cooperação sino-africana especificamente para Angola e Botswana, no período de 2000 a 2012.

Deste modo, para atingir o objetivo proposto, o trabalho divide-se em quatro partes que seguem a seguinte ordem: inicialmente, o capítulo 2 traz uma contextualização da economia política internacional como fator que permitiu a cooperação entre os países, assim como o surgimento do movimento dos países do Sul e sua importância para a cooperação internacional. Segue uma revisão teórica sobre a cooperação internacional. Dentre as perspectivas teóricas, adotou-se a institucionalista liberal como mais adequada, na medida em que caracteriza a cooperação como um processo, aceita a existência de interesse compartilhado e se manifesta como a coordenação de políticas.

Este capítulo finaliza com a história da cooperação internacional contemporânea.

Em seguida, no capítulo 3, aborda-se brevemente a questão da ascensão da cooperação internacional na agenda chinesa, contextualizando as razões do país para cooperar com outros países para além da região em que se encontra.

No quarto capítulo, é realizada uma contextualização do continente africano, com enfoque nos impactos do colonialismo para este continente. São descritos alguns aspectos do continente e apresentados os impactos geopolíticos, econômicos e sociais do colonialismo. Neste capítulo, são abordados alguns elementos do estabelecimento da cooperação sino-africana que é institucionalizada com a criação do Focac (Fórum de Cooperação China-África) em 2000 pela China e 50 países africanos.

O capítulo 4 formaliza o corpo do trabalho, apresentando por fim, a exploração e análise dos seguintes dados estatísticos: comércio exterior entre Angola-China e Botswana-China; alguns elementos do IDH de Angola e Botswana, o desemprego e estatísticas relacionadas à situação socioeconômica desses dois países; e os projetos com financiamento chinês em Angola e Botswana. A análise dos dados revelou que a relação entre China e Angola se desenvolveu e evoluiu mais do que a relação entre China e Botswana, principalmente pelo fato de Angola possuir petróleo e Botswana não. Quanto aos indicadores sociais, os dois países africanos apresentaram progressos significativos no período analisado, esses progressos foram possibilitados, em parte, pela cooperação com a China. Na análise dos projetos, verificou-se que há uma quantidade maior de projetos e maiores quantias em Angola do que em Botswana. Em Angola, entre os projetos que mais se destacam estão os relacionados com o setor petrolífero e, em Botswana, predominam projetos relacionados à infraestrutura. Nesse sentido, a China, ao manter relações com países que não possuem petróleo, visando contribuir para o desenvolvimento desses, estaria se tornando um parceiro para o desenvolvimento africano. Finalmente, no último capítulo são apresentadas conclusões permitidas pelas observações deste trabalho.

1.1 TEMA

Pode-se dizer que a motivação por trás da escolha da cooperação internacional como tema deste estudo é a crença na possibilidade de se aumentar o grau de coordenação política entre os países e na utilidade

dos estudos acadêmicos sobre esse assunto. Porém, não se pretende advogar a favor do estabelecimento indiscriminado da cooperação internacional como uma ocorrência geralmente positiva, e, sim, buscar-se-á o mais elevado grau de isenção e objetividade.

A cooperação internacional representa um tema importante para a agenda internacional contemporânea, principalmente quando é associada à segurança energética. A emergência econômica chinesa e o fato de ter deixado de ser autossuficiente em petróleo em uma era intensiva em consumo levaram o país a colocar a segurança energética como uma das prioridades de sua agenda, utilizando-se da cooperação internacional como um instrumento de política externa para por em prática a sua ofensiva diplomática em busca da diversificação de fontes e parceiros que venham a suprir a sua imensa demanda energética.

A África adentra nesse cenário, apresentando abundância em recursos energéticos e matérias-primas, um imenso mercado consumidor, possibilidades de investimento e intenções de se desvincular do passado colonial através da diversificação de parcerias. Angola (desde 1983) e Botswana (desde 1975) mantêm relações diplomáticas e comerciais com a China, e esse estreitamento de relações entre esses países tem contribuído para que eles alcancem seus objetivos com a cooperação.

O continente africano, atualmente, é composto por 54 países independentes e autônomos, que enfrentam grandes desafios, tais como a pobreza extrema, doenças, desertificação, desnutrição, corrupção e conflitos regionais em curso. Após o período de independências o continente despertou grandes expectativas internacionais em relação ao seu potencial de desenvolvimento. Essas expectativas passaram por momentos de pessimismo, devido aos sucessivos golpes, regimes militares e crise econômica. Mas ganharam um novo fôlego com as tentativas dos governos africanos em minorar os impactos desses desafios, impulsionados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU.

A cooperação internacional é uma parte importante da política externa chinesa e dos países africanos, e vem potencialmente se articulando desde 2000, quando essa cooperação se institucionalizou com a criação do Focac pela China e por 50 países africanos. Durante os 12 anos de funcionamento, os Planos de Ação elaborados nas reuniões ministeriais do Fórum, têm sido implementados de forma completa e eficaz, reiterando o compromisso de continuar vendo as relações sino-africanas de uma perspectiva estratégica e de longo prazo.

A China, ao buscar a diversificação de parcerias, encontrou no continente africano um grande mercado consumidor para seus produtos, um excelente fornecedor de matérias-primas, principalmente recursos fósseis e metálicos, um local propício para investimentos e o apoio da maioria dos países da região nos foros internacionais. Ao estabelecer a cooperação sino-africana, a China expande consideravelmente a sua área de influência e avança com a sua ofensiva diplomática para a obtenção de novas fontes de recursos fósseis para suprir a sua imensa demanda por energia, mas, ao mesmo tempo, traz consigo muitos investimentos e oportunidades para o continente africano. Em relação à África, os países do continente se beneficiam com os investimentos em infraestrutura, com o perdão de dívidas e com os empréstimos sem condicionalidades. Esse pacote chinês tem fortalecido estruturas importantes dos países africanos e vem promovendo o desenvolvimento destes de modo gradativo e com eficiência, respondendo satisfatoriamente aos anseios africanos de modernidade, dignidade e de condicionar o ambiente doméstico para posteriormente promover-se de forma mais estável e autônoma no sistema internacional.

Percebe-se que o tema cooperação internacional é um importante instrumento de política externa, e, quando associado às questões de segurança energética, adquire prioridade na agenda internacional, principalmente na agenda chinesa.

1.2 PROBLEMÁTICA

A partir de 1993 a China deixa de ser autossuficiente em petróleo e inicia a sua ofensiva diplomática, buscando a diversificação de fontes energéticas e de parcerias. Com o objetivo de suprir a sua imensa necessidade energética, a China passa a estabelecer e aprofundar relações de cooperação com os países africanos.

Em 2000, é criado o Focac, institucionalizando os interesses de cooperar da China e de 50 países africanos. A partir desse marco, o objetivo desta pesquisa é questionar: **ao estabelecer a cooperação China-Angola e China-Botswana, a China estaria se tornando um parceiro do desenvolvimento africano?**

A hipótese investigada, sob a ótica da cooperação pelo enfoque institucionalista liberal, é que a de que a China, ao estabelecer a cooperação sino-africana, especificamente nos casos de Angola e Botswana, estaria se tornando um parceiro importante para o desenvolvimento africano, ao manter relações diplomáticas, comerciais

e de cooperação com países dotados e desprovidos de recursos energéticos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Investigar se, ao estabelecer a cooperação China-Angola e China-Botswana, a China estaria se tornando um parceiro do desenvolvimento africano.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a história da cooperação internacional contemporânea, apresentar a definição de cooperação internacional a ser utilizada por esta pesquisa;
- b) apresentar alguns impactos e desafios do colonialismo para o continente africano;
- c) apresentar e analisar os dados estatísticos de Angola e Botswana de 2000 a 2012, referentes a alguns elementos do IDH, ao comércio exterior com a China e aos projetos com financiamento chinês nos dois países africanos;
- d) verificar se os impactos da cooperação sino-africana para Angola e Botswana no período de 2000 a 2012 caracterizariam uma China parceira do desenvolvimento africano.

1.4 JUSTIFICATIVA

São basicamente três as razões que motivaram a realização da pesquisa sobre o tema. A primeira tem relação com a pertinência do tema na agenda internacional contemporânea; a segunda com a percepção de que a cooperação sino-africana é um tema recente e ainda pouco explorado no âmbito acadêmico de relações internacionais; e o terceiro motivo conecta-se com o interesse da autora em estudar as relações sino-africanas e a África. Assuntos como a cooperação internacional e a segurança energética são temas cruciais na agenda dos países. Temas que transcenderam os foros internacionais, principalmente, a partir da Segunda Guerra e da Crise do Petróleo de 1970.

A escolha do canal de políticas estudado, a cooperação sino-africana, justifica-se pela percepção da autora de ser um tema recente e pouco explorado no âmbito acadêmico de relações internacionais, ao passo que é um importantíssimo elemento da política externa da China e dos países africanos no século XXI. A partir de 2000, essa relação entre China e os países africanos se institucionaliza através do Focac, trazendo a cooperação internacional para o centro da agenda desses países.

O terceiro aspecto que justifica este trabalho fundamenta-se no interesse pessoal da autora de aprofundar conhecimentos sobre a cooperação sino-africana e sobre a África. Ao longo do curso de graduação e do amadurecimento intelectual, percebeu-se a importância do tema e também a necessidade de estudá-lo com mais afinco.

1.5 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, considerando que procura gerar conhecimento por meio da investigação de um fenômeno, expresso em um ou mais objetos, dentro de um contexto real contemporâneo. O tipo de enfoque adotado para a realização do trabalho é o empírico, sob as lentes do institucionalismo liberal.

Nesta pesquisa, entende-se que parceiro do desenvolvimento, na cooperação sino-africana da China com Angola e da China com Botswana, é aquele que visa o crescimento econômico. Portanto, o âmbito econômico seria um primeiro passo para se alcançar a parceria nas questões sociais e tecnológicas da China com esses dois países africanos.

Entende-se que estudos de caso são estudos dirigidos. Portanto, foram definidas etapas lógicas de condução do estudo. Constituiu-se em seis etapas: definição da estrutura de teoria e conceitos que alçam a análise; apresentação de aspectos que permeiam o tema no contexto contemporâneo; identificação de apontadores a serem analisados; seleção e tratamento dos dados; análise de dados propriamente dita; e geração de síntese da informação observada.

Para a elaboração da primeira etapa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema. Foram conduzidas pesquisas em fontes secundárias e primárias no Portal de Periódicos Capes, em livros e em *sites* da internet de organizações oficiais e dos países em questão. Dentre as principais teorias que abordam o tema de cooperação internacional, optou-se adotar a perspectiva institucionalista liberal, por

permitir uma análise das políticas de cooperação a partir da coordenação de políticas dos países. Quanto às definições, foram apresentados alguns dos diferentes conceitos observados na literatura: a perspectiva adotada sobre cooperação internacional foi a encontrada na definição de Robert Keohane, por traduzir e comportar elementos presentes nas relações sino-africanas. Esta etapa materializa-se no Capítulo 2 do trabalho.

Na segunda etapa, busca-se explicar as razões pelas quais a China coloca a cooperação internacional em sua agenda de política externa. O Capítulo 3 comporta essa explicação de forma breve.

A terceira etapa se classifica como uma revisão bibliográfica. Procurou levantar alguns impactos e desafios deixados pelo colonialismo na África que representam o plano de fundo da materialização das políticas dos países africanos no cenário internacional desde sua independência. O Capítulo 4 condensou essas informações. Sequencialmente, foram identificados os parâmetros para análise. Os objetivos da China para as políticas de cooperação internacional foram identificados no Capítulo 3 como sendo basicamente a segurança energética. Foram selecionadas algumas variáveis para verificar os resultados da cooperação sino-africana entre Angola-China e Botswana-China para esses dois países africanos.

Considerando a quantidade significativa de países africanos (50) com que a China mantém relações diplomáticas, comerciais e de cooperação, foi necessário selecionar uma amostra de dois países: um que possuísse (Angola) e outro que não possuísse (Botswana) petróleo. Dessa forma, tornou-se possível desenvolver uma análise comparativa, tendo como base o interesse energético chinês. Outro fator importante é a limitação espacial do trabalho, analisar dois países é mais viável do que se fosse analisar os 50 países que mantêm relações com a China. Essa opção por dois países torna o trabalho mais específico, possibilitando uma análise mais densa e coerente. Angola e Botswana, apesar de serem países próximos, apresentam muitas diferenças históricas, culturais, econômicas e sociais, e mesmo assim a China mantém relações com ambos. Investigar se essa cooperação torna a China um parceiro do desenvolvimento africano instiga a curiosidade, no sentido de tentar entender se o interesse por Botswana seria apenas pelo apoio político, por exemplo.

A quarta etapa do estudo de caso foi uma exploração dos dados, que utilizou métodos estatísticos. Os indicadores escolhidos foram os dados de comércio exterior (exportações, importações e saldo comercial) de Angola e Botswana em relação à China, alguns

componentes do IDH dos dois países africanos, e dados dos projetos com financiamento chinês em Angola e Botswana.

Os dados de comércio exterior foram consultados na base de dados do *Un Comtrade* e na base de dados do *The Observatory of Economic Complexity* (ODE). Em relação ao IDH, foi consultada a base de dados do PNUD e do Banco Mundial. Os dados foram selecionados do período de 1990 a 2012 para possibilitar a comparação entre o período anterior à cooperação sino-africana e o período posterior ao estabelecimento desta.

A série de dados da *AidData China* referente aos projetos chineses na África foi utilizada como ponto de partida para a análise empírica. Essa base de dados virtual possibilita acessar o detalhamento dos projetos depreendidos por várias categorias, como, por exemplo, o ano, o país, o doador responsável pelos projetos, às áreas específicas dos projetos e seus montantes.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: CONTEXTO, DEFINIÇÕES, HISTÓRIA E ASCENSÃO DO TEMA NA AGENDA DOS PAÍSES

Neste capítulo serão abordadas a cooperação internacional relacionada à Economia Política Internacional; a definição de cooperação internacional a ser utilizada nessa pesquisa; a história da cooperação internacional contemporânea e a ascensão do tema na agenda dos países. Esta sessão traz uma contextualização da economia política internacional como fator que permitiu a cooperação entre os países, assim como o surgimento do movimento dos países do Sul e sua importância para a cooperação internacional.

2.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A cooperação internacional está diretamente relacionada às mudanças na economia política internacional, pois esta atua como fator que orienta a possibilidade de cooperação entre os países. Quando ocorre um fenômeno internacional A (crises financeiras globais), que afeta de forma nociva alguns países, estes voltam-se para o próprio ambiente nacional e deixam de cooperar para recuperarem-se. Quando outro fenômeno internacional B (liquidez internacional), afeta de forma que beneficie estes mesmos países, anteriormente prejudicados, estes voltam a promover a cooperação, pois o ambiente internacional proporcionou essa possibilidade.

As mudanças que ocorrem na economia política internacional, no período pós Guerra Fria, constituem elementos cruciais na história da cooperação internacional. A instabilidade das economias capitalistas no início da década de 1970, o advento da globalização, a ruptura do modelo de Bretton Woods e os choques do petróleo evidenciaram algumas dessas mudanças. Esse período (1960-1980) marcou o auge da cooperação Sul-Sul, pois a agenda de desenvolvimento econômico, antes concentrada em comércio e ajuda oficial, tornou-se mais ambiciosa ao propor uma nova ordem econômica internacional. E, ao mesmo tempo, marcou o fim de algumas de suas ilusões, devido ao contexto desfavorável com que termina esse período para os países do Sul (dívida externa, inflação e crise fiscal).

Com o fim da Guerra Fria, segundo Abreu (2008, p.15), “[...] assiste-se a novas modificações no cenário internacional e nos fluxos de ajuda técnico-financeira, pois a nova realidade geopolítica afetou a direção das transferências globais e os rumos da cooperação”. Alguns países deixaram de ser doadores e passaram a ser receptores de ajuda, como por exemplo, os países do leste europeu e a ex-URSS, antes doadores financeiros ativos, passaram a ser receptores de ajuda, pois saíram debilitados da Segunda Guerra. Antes a ajuda era motivada pela rivalidade entre os dois blocos que defendiam seus interesses de segurança nacional; no pós Guerra Fria, e com o advento da globalização, os países mudam suas prioridades, os recursos e os mercados subdesenvolvidos ganham importância, assim como a promoção do desenvolvimento.

Nos anos 1960, bancos de diferentes países, sobretudo europeus, passaram a aceitar depósitos em dólar. Havia uma elevada oferta mundial de dólares naquela época, em decorrência, principalmente, dos *déficits* comerciais norte-americanos financiados por emissões monetárias. Em contrapartida, existia um grande número de países subdesenvolvidos necessitando de divisas para financiar seus projetos de desenvolvimento. A mudança no contexto da economia internacional (a grande liquidez internacional) fez com que alguns países subdesenvolvidos apresentassem um excedente de dólares que lhes permitia promover a cooperação Sul-Sul.

Em 1973, ocorre o primeiro choque do petróleo. O preço do barril quadruplicou, e esse foi um importante fato que contribuiu para o aumento do endividamento externo dos países subdesenvolvidos, uma vez que esses países (importadores de petróleo) não podiam abrir mão desse insumo. A recessão afetou praticamente toda a economia mundial, que já apresentava sinais de desaquecimento acompanhado de um aumento de preços¹. O aumento no preço do petróleo começou a gerar inflação em praticamente todos os países, fazendo com que os países desenvolvidos comessem a aumentar suas taxas de juros. Os graves desequilíbrios no balanço de pagamentos, a instabilidade e a elevação dos gastos públicos internos, em função da crise do petróleo, expunham a vulnerabilidade energética dos países desenvolvidos.

Ao final da década de 1970, o cenário se apresentava desfavorável aos esforços da cooperação Sul-Sul. Segundo Leite (2011, p. 71), “[...] os Estados Unidos, determinados a retomar a hegemonia, adotaram uma política externa pautada na elevação das taxas de juros,

¹ Estagflação – aumentam, ao mesmo tempo, a inflação e o desemprego.

no protecionismo comercial e na reedição da Guerra Fria, com gastos vultosos em defesa”. Essas ações implicaram o desequilíbrio das contas externas dos países em desenvolvimento, que haviam financiado sua industrialização com base no endividamento externo, e gerariam crise de liquidez internacional, expondo a vulnerabilidade externa dos países do Sul (LEITE, 2011). Os países em desenvolvimento foram obrigados a se voltarem internamente para a implementação de ajustes face aos constrangimentos externos.

A sequência de eventos na economia política internacional desse período foi muito importante para a história da cooperação internacional. Alguns países saíram debilitados da Segunda Guerra e com a nova realidade geopolítica, que emerge após a Guerra Fria, ocorre a mudança na direção das transferências globais e nos rumos da cooperação. Países doadores de ajuda financeira passam a ser receptores. A grande liquidez internacional possibilitou aos países subdesenvolvidos promover a cooperação Sul-Sul. O primeiro (1973) e o segundo (1979) choques do petróleo evidenciaram o grau de dependência dos países no sistema internacional, pois o impacto desses choques afetou a maioria dos países. Os aumentos das taxas internacionais de juros e o endividamento externo do Terceiro Mundo anunciavam o início da década perdida do desenvolvimento (1980). Diante desse panorama, percebe-se que o intercâmbio entre os países intensificou-se, pois as economias estavam mais integradas pelo comércio, pelas transações financeiras, pelos investimentos e pelo avanço proporcionado pela globalização. A interdependência entre os países fez com que suas ações afetassem os demais países do sistema, caracterizando, assim, a mudança na natureza não só do sistema internacional, como também da economia política internacional. Essas diversas conexões transnacionais que estavam surgindo aumentaram as relações entre países e sociedades e ampliaram as oportunidades de cooperação entre as nações.

A nova visão teórica liberal/pluralista das Relações Internacionais que surge em 1970 (institucionalista liberal) tem como principais autores Robert Keohane e Joseph Nye (1977)², ambos discutem a interdependência que retrata o movimento político e econômico desse período (1970). Segundo Keohane e Nye, a interdependência é definida como a dependência mútua entre os países, caracterizada pela existência de efeitos recíprocos, mas não equilibrados em que as relações são

² KEOHANE, R.O; NYE, J. “Power and Interdependence: world politics in transition.” Boston, Little Brown and Company, 1977.

assimétricas em termos de sensibilidade e vulnerabilidade³(KEOHANE; NYE. 1977). Esses efeitos resultam de transações internacionais constituídas pela aceleração dos fluxos de pessoas, de bens e serviços, de informações e de capital, por meio de fronteiras internacionais. Outro conceito proposto posteriormente por esses dois autores, denominado "interdependência complexa", refere-se a um conjunto de fenômenos caracterizado pela existência de múltiplos canais de ligação entre sociedades, que vão desde interações informais entre autoridades e entre atores privados até relações interestatais formais.⁴ A interdependência complexa caracteriza-se também pela ausência de hierarquia entre temas da agenda internacional, implicando um peso e conexões variáveis entre questões de segurança nacional, e entre questões de política doméstica e política externa, podendo tal variação gerar diferentes coalizões dentro e fora dos governos.

Na sessão seguinte, será feita uma revisão teórica sobre a cooperação internacional, na qual, dentre as perspectivas teóricas, adotou-se a institucionalista liberal como mais adequada, na medida em que caracteriza a cooperação como um processo, aceita a existência de interesse compartilhado e se manifesta como a coordenação de políticas.

2.2 DEFINIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

São diversas as formas de definir a cooperação internacional, por isso uma definição única se torna difícil, haja vista, a falta de consenso internacional sobre o termo e por sua natureza espaço-temporal. Ou seja, a concepção do que seria cooperação internacional pode mudar de

³Embora os autores admitam a possibilidade de benefício mútuo, reconhecem que é impossível determinar a priori se os benefícios de uma relação excederão os custos. A interdependência não elimina os conflitos, ao contrário, pode mesmo ser fonte constante de diferenças. Ela não supõe situações de dependência mútua equilibrada e produz dois tipos de efeito-custo. O primeiro refere-se à sensibilidade, que mede os efeitos de custo em um Estado impostos por acontecimentos externos. O segundo diz respeito à vulnerabilidade, que mensura o custo dos ajustes ao impacto externo. (LEITE, 2011, pg 22).

⁴A interdependência complexa apresenta três características principais. A primeira consiste em canais múltiplos de contato entre as sociedades, contemplando relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. A segunda refere-se à ausência de hierarquia nos temas da agenda internacional. E a terceira diz respeito ao fato de o emprego da força não ser sempre o meio mais eficaz para manejar o poder e tornar-se gradativamente custoso e incerto. (LEITE, 2011, p. 23)

acordo com o contexto, pensamento, valores e políticas entre os países (AYLLÓN, 2006).

De acordo com Sánchez (2002, p. 15), a “[...] cooperação teria como propósitos assegurar a paz e promover o desenvolvimento e justiça, mantendo, dessa forma, uma ordem social e política legítima”. A cooperação internacional estaria, então, fundamentada em ações que governos e organizações da sociedade civil de países distintos planejam e executam, objetivando fomentar um progresso mais equilibrado e justo no mundo.

Dentro dessa concepção, a cooperação internacional é um desafio normalmente embasado em uma motivação moral de que toda forma de cooperação entre as nações resultará em uma experiência positiva. Keohane (1984) argumenta que, mesmo que possa haver certa ingenuidade em acreditar que o aumento da cooperação entre todo e qualquer grupo de Estados, buscando todo e qualquer fim, necessariamente incentivará a adoção de valores humanos na política mundial, parece claro que uma coordenação mais efetiva de políticas por parte dos governos na maioria das vezes, será positiva.

Para Keohane, a cooperação não é automática, não deriva da mera existência de interesses mútuos; ela exige ajustes de comportamento às preferências reais ou esperadas de outros atores. A cooperação requer que as ações dos indivíduos separados ou organizações – que não estão numa harmonia preexistente – sejam trazidas em conformidade por meio de um processo de negociação frequentemente referido como “coordenação de políticas”. Implica, não, ausência de conflito, mas uma forma de superação do conflito efetivo ou potencial, constituindo uma coordenação impulsionada pela barganha (LEITE, 2011).

A definição de cooperação internacional a ser utilizada neste estudo é a de Robert Keohane (1984), para quem a cooperação internacional é um processo de coordenação de políticas por meio do qual os atores (Estados) ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores. Isso ocorre quando “[...] as políticas seguidas por um governo são consideradas pelos outros envolvidos como um meio de facilitar a consecução de seus próprios objetivos” (KEOHANE, 1988, p. 74). Como coloca Keohane, a cooperação infere sempre uma situação em que as políticas de cada ator são consideradas um obstáculo para o alcance de seus objetivos, necessitando de negociação e adaptações. Se não houvesse divergências, haveria apenas harmonia, não cooperação.

Optar pela definição de Keohane justifica-se de três formas. Em primeiro lugar, tal autor caracteriza a cooperação como um processo, o que permite eliminar a influência de um viés valorativo e, ao mesmo tempo, reduzir a necessidade de se adentrar em discussões mais profundas sobre os interesses e objetivos dos Estados envolvidos no processo de coordenação de políticas. Em segundo lugar, esse conceito aceita a existência de interesse compartilhado por parte dos atores, examinando tão somente as condições sob as quais esse interesse levará à cooperação. Entretanto, a existência de interesse compartilhado por parte dos atores não significa que haja uma harmonia de interesses, pois, nesse caso, não haveria necessidade de cooperação para ajuste de políticas. Por fim, trata-se de um conceito amplamente aceito e utilizado para embasar a discussão sobre a cooperação internacional.

Para Soares (1994), a cooperação internacional contém a ideia do trabalho coordenado entre Estados, tendo como meta o alcance de resultados comuns para as partes envolvidas. Os benefícios seriam, assim, mútuos, mas não necessariamente de iguais proporções, ou seja, existe a desigualdade de atribuições de cada parte.

No âmbito das relações internacionais, os países precisam definir estratégias de atuação no sistema internacional, para tanto devem estar atentos à forma como delineiam suas políticas externas para que essas ações sejam legitimadas e tenham credibilidade. Essa postura política pode gerar tanto um acirramento das discórdias, como também uma aproximação e coordenação das divergências, através de mecanismos cooperativos (ABREU, 2008).

A cooperação internacional é um instrumento de política externa que vem sendo utilizado por diversos atores no cenário internacional, com diferentes naturezas, orientações e funções, em diversos setores. Seja para promover seus efeitos em longo prazo, para solucionar problemas pontuais, para promover o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, para estreitar laços entre os países, para prolongar os resultados gerados por essa relação cooperativa ou para alcançar os interesses (declarados e ocultos) dos países.

Portanto, a definição de cooperação internacional a ser utilizada neste estudo é a de Robert Keohane (1984), que traduz as relações sino-africanas não só no âmbito do Focac, mas também nas relações bilaterais da China com cada país africano, pois existem diferenças e até mesmo divergências que necessitam de negociações, adaptações e ajustes de políticas. A China e os países africanos compartilham o interesse de manter, estreitar e desenvolver o diálogo e as relações através de uma coordenação de políticas.

Nas duas sessões que seguem serão abordadas a história da cooperação internacional contemporânea, a participação das organizações internacionais, dos países socialistas, capitalistas e países subdesenvolvidos na cooperação internacional. Também serão abordadas a interdependência, a cooperação Sul-Sul, a cooperação para além da modalidade financeira, e a cooperação como instrumento de política externa.

2.3 HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

A cooperação internacional contemporânea inicia-se no pós Primeira Guerra, no âmbito das Relações Internacionais, com o surgimento da corrente liberal (idealismo), contrapondo-se às ideias realistas, na tentativa de entender e explicar as causas da guerra, buscando meios para evitar conflitos bélicos de grandes proporções. Na teoria idealista liberal, encontram-se os primeiros vestígios de menção à cooperação internacional, através das propostas que incluíam meios para tornar o Sistema Internacional mais cooperativo através da promoção de instituições democráticas, do comércio internacional, de benefícios mútuos, da mediação de Organizações Internacionais e da fortificação do Direito Internacional.

No entanto, a primeira ação prática em termos de cooperação internacional ocorreu no pós Segunda Guerra, tendo como marco o Plano Marshall, um plano que incluía um esforço internacional dos países para a reconstrução das zonas que haviam sido devastadas pelo conflito. Nesse sentido, posteriormente a cooperação internacional cresceu inserida na lógica do sistema de alianças estabelecida pelas duas grandes potências da época (EUA e URSS), disseminando-se num contexto estratégico. A cooperação visava à paz e ao desenvolvimento, principalmente dos países menos industrializados, com o intuito de evitar que esses países se aproximassem dos ideais socialistas e tivesse início um novo conflito. Nesse período, começou um vasto processo de descolonização que intensificou a cooperação, privilegiando o relacionamento entre as grandes potências e as ex-colônias, onde emerge a problemática do subdesenvolvimento.

O socialismo (URSS e China) aproximou-se das colônias africanas apoiando a descolonização e oferecendo ajuda financeira, comercial e técnica. No âmbito da Guerra Fria, as políticas de ajuda financeira eram orientadas por imperativos estratégicos de obter mais influência na região. O receio, por parte dos países capitalistas, de que

as colônias africanas passassem a fazer parte da zona de influência soviética fez com que a ajuda ao desenvolvimento estivesse diretamente vinculada à cooperação internacional. Para dotar as áreas propensas à influência socialista de maior estabilidade política e social, os países capitalistas promoveram a transferência de recursos técnicos e financeiros, acreditando que esse método seria capaz de induzir a modernização dos países menos industrializados e que estes seriam capazes de se adaptar às flutuações internacionais sem recorrer à ajuda socialista.

Em 1955, nota-se um movimento diferente dos países em desenvolvimento. Durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, países do Terceiro Mundo (afro-asiáticos), com seus anseios internacionais e o reconhecimento – não só de interesses e problemas comuns, como também da necessidade de uma concertação política –, reuniram-se para discutir o repúdio ao neocolonialismo. Além disso, esses países subdesenvolvidos queriam promover a inserção internacional independente e autônoma, com base na identificação de interesses mútuos. O sucesso atribuído à Conferência de Bandung como primeiro marco da cooperação Sul-Sul está ligado a essa capacidade de identificar interesses mútuos e de possuírem uma proximidade econômica, histórica e cultural.

A Cooperação entre Países em Desenvolvimento, também conhecida como Cooperação Sul-Sul ou Horizontal, é uma modalidade de cooperação técnica que tem ganhado espaço desde que foi instituído o plano de Buenos Aires em 1978. Esse plano foi o marco do alinhamento entre países em desenvolvimento, no sentido de dar oportunidades a soluções concebidas para atender problemas que são próprios desses países, conforme as suas condições socioeconômicas (ABREU, 2008). A cooperação Sul-Sul busca, assim, transformar a agenda de desenvolvimento econômico, antes concentrada em comércio e ajuda oficial, propondo uma nova ordem econômica internacional. Alguns dos objetivos dessa proposta são: a) a redução dos constrangimentos impostos pela distribuição de poder vigente e b) a garantia de maior possibilidade de controlar e absorver os efeitos de custo gerados pela interdependência, haja vista as características desiguais do sistema econômico internacional.

Corrêa (2010, p. 89) afirma que o crescimento da cooperação Sul-Sul “[...] possibilitou a expansão internacional dos países em desenvolvimento, os quais, passaram a fazer uso da cooperação internacional como instrumento de *soft power* e de conquista de novos mercados para seus bens e serviços”. O surgimento dessa nova

modalidade de cooperação estaria relacionado a uma decorrência natural do crescimento tecnológico, econômico e político de alguns países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul se apresenta, então, como uma alternativa e como uma modalidade distinta da cooperação Norte-Sul, na medida em que existe uma maior proximidade em termos econômicos, históricos e culturais entre os países do Sul.

Segundo Leite (2011, p. 38), “[...] a vulnerabilidade gerada pela interdependência constringe significativamente as ações desses países”. Os países subdesenvolvidos, além de exercerem escasso controle sobre os fluxos internacionais e de disporem de pouca capacidade para se ajustarem aos choques externos, encontram-se, geralmente, em situações de desvantagem na negociação de temas, vendo-se obrigados a transigir em seus interesses. Nesse sentido, a coordenação de políticas (cooperação) constitui meio estratégico de minorar os efeitos de custos derivados da interdependência. A tomada de decisão conjunta traduz-se na defesa comum de um regime internacional capaz de corrigir a distribuição desigual de poder e de garantir aos países em desenvolvimento maior bem-estar econômico e controle político (LEITE, 2011).

A cooperação internacional passa a ser vista por uma nova ótica. Torna-se necessário construir um ambiente com capacidades técnico-intelectuais para alcançar o desenvolvimento, e não apenas executar transferências de recursos, pois os novos temas da agenda internacional – questões ambientais, a pobreza, as doenças, as violações de direitos humanos, os conflitos armados e os refugiados - necessitam de uma nova abordagem; assim, diferentemente da que priorizava apenas a ajuda financeira, esta propõe a criação de mecanismos de cooperação institucionalizados (ABREU, 2008).

2.4 ASCENSÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGENDA DOS PAÍSES

Na década de 1970, ocorre a ampliação dos temas da agenda internacional, em que são acrescentados, por exemplo, as questões ambientais, de direitos humanos e redução da pobreza. A cooperação internacional e o desenvolvimento são vistos como forma de atuar nos novos temas. Nesse período, o estreitamento das relações⁵ entre os

⁵ Na década de 70, o intercâmbio entre os países elevou-se vigorosamente. As economias estavam mais integradas pelo comércio; pelas transações financeiras; pelos investimentos; e pelo avanço nas comunicações e nos transportes. Cada

países se torna mais intenso, não só pelo fato do elevado intercâmbio entre estes, mas também, pela constituição de um cenário em que as ações de um país produzem efeitos sobre os demais. Soma-se a isso, o advento da globalização e o surgimento de um novo enfoque teórico nas Relações Internacionais que explica as transformações dessa nova política mundial. Essa nova visão teórica liberal/pluralista das Relações Internacionais tem como principais autores Robert Keohane e Joseph Nye (1977), ambos discutem a interdependência que retrata o movimento político e econômico desse período.

O ambiente de cooperação internacional sofreu mudanças na década de 1980, devido à crise da dívida externa que provocou uma recessão que afetou a maioria dos países, inclusive os provedores de ajuda, dando início às alterações no cenário internacional. As dificuldades econômicas e o protecionismo das grandes potências, por conta da recessão mundial, significaram fortes limitações para os países do Sul em relação ao recebimento de recursos por meio de cooperação internacional. Os anos 1980 são considerados como a década perdida do desenvolvimento: recessões econômicas, crescimento negativo na América Latina e fome e miséria na África conduziram um debate intenso sobre as pretensões de ajuda e cooperação. É nesse contexto que as organizações não governamentais (ONGs) surgem como atores capazes de fornecer ajuda internacional de forma mais rápida e eficaz se comparadas às agências bilaterais, sobretudo em situações de emergência e dramas humanos (ABREU, 2008).

As organizações internacionais atuam não só como mediadoras nas relações internacionais entre os países, mas também, segundo Leite (2011, p. 27), como “[...] atores que reduzem o grau de incerteza provocado pelos conflitos de interesse ao gerarem expectativas mútuas estáveis acerca dos padrões de comportamento dos demais permitindo que as partes adaptem suas práticas às novas situações”. Além disso, facilitam a criação e o cumprimento de acordos mutuamente benéficos entre os governos e reduzem os custos burocráticos (associados à produção de acordos internacionais), facilitando a continuidade das negociações e das transações ao reduzir a incerteza dos países (LEITE, 2011).

vez mais, as decisões e os fatos ocorridos em um país surtiam efeitos visíveis sobre os demais. Os Estados passavam a defrontar-se com problemas, exteriores à sua jurisdição doméstica, e sobre os quais não exerciam controle efetivo. A natureza do sistema internacional e da economia política havia mudado. (LEITE, 2011, p. 21).

A valorização das organizações internacionais e dos atores engajados em processos de cooperação, por parte da comunidade internacional, passou a ser relevante na explicação das mudanças na política internacional, embasando a utilização desses novos conceitos. Ao mesmo tempo, assiste-se ao início da disseminação de estruturas e políticas como suporte para os projetos de cooperação. Esse processo ocorre, principalmente, através da criação de secretarias e departamentos específicos no âmbito governamental para desenvolver a cooperação internacional com países diferentes e nas mais diversas áreas, como por exemplo, a utilização da paradiplomacia. Nesse ambiente, surge e desenvolve-se no âmbito das Nações Unidas (ONU) o conceito de “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” (CTPD), com o intuito de fazer um contraponto à cooperação Norte-Sul⁶ predominante até então, o CTPD baseia-se na crença de que o subdesenvolvimento resultava da interdependência existente entre Norte e Sul (ABREU, 2008).

O liberalismo econômico ganhou força no âmbito das instituições de Bretton Woods, ainda que estas apresentassem graves debilidades, e, assim, assiste-se a uma maior coordenação internacional para reformar essas instituições econômicas através da cooperação. A prioridade passava a ser a estabilidade macroeconômica dos países subdesenvolvidos através das políticas e dos programas de ajustamento estrutural, retratando os ideais do Consenso de Washington. Esse cenário implica a mudança da ajuda e cooperação para o apoio ao desenvolvimento através do mercado, ou seja, a ajuda passava a ter como objetivo contribuir para salvar o sistema monetário internacional, já que a maioria dos países subdesenvolvidos endividados precisavam pagar parte de suas dívidas, encorajando a implementação do ajustamento estrutural com políticas de estabilização.

Nesse contexto, o ambiente externo influenciava cada vez mais nas decisões internas dos países, fazendo com que estes tivessem que se readaptar a esse novo cenário, o que implicava a reorientação da política externa. Sendo assim, fechar as fronteiras e isolar-se não era uma opção para os países que pretendiam manter o crescimento econômico, alcançar um nível de desenvolvimento mais elevado e continuar atuando no sistema internacional. Apesar de muitos países desejarem obter mais autonomia em relação ao sistema internacional e a

⁶ Norte e Sul referem-se respectivamente ao grupo de países entendidos como desenvolvidos ou ricos, e ao grupo de países entendidos como em desenvolvimento, pobres ou politicamente periféricos.

essa interdependência, era extremamente complicado, pois se tornou imprescindível interagir e, principalmente, utilizar a cooperação internacional como um instrumento de política externa para promover seus interesses. Isso porque as ações dos países têm repercussões sobre os demais, essa interconexão e interdependência, cada vez mais evidentes à medida que a comunicação se globaliza, aproximam os países, fazendo com que eles estejam mais dispostos a cooperar com outras sociedades.

No século XXI, os países buscam maior estabilidade econômica e política, entretanto, não é possível alcançar esses objetivos isoladamente, é necessário desenvolver instituições e regimes que possam estruturar o avanço de metas coletivas. São exemplos de esforço coletivo por parte dos países no âmbito econômico e ambiental, respectivamente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Protocolo de Quioto. Os assuntos presentes nas agendas políticas estão, cada vez mais, presentes na economia internacional, e os eventos econômicos internacionais (como, por exemplo, as crises financeiras mundiais) não podem ser resolvidos por um único país. Sendo assim, fica claro que os países são, em parte, dependentes uns dos outros e que por isso promovem a cooperação.

A ascensão do tema cooperação na agenda internacional, segundo os teóricos da interdependência, ocorreu devido ao crescimento da interdependência entre os países, ao surgimento dos diversos canais de conexões e as possibilidades de ligações entre eles em vários níveis (governamental, subnacional, transnacional, dentre outros), à diminuição da necessidade de utilização do uso da força nas regiões onde existe a interdependência, e ao surgimento de novos atores no ambiente doméstico, influenciando nas decisões internas. No âmbito teórico das Relações Internacionais, diversas correntes analisam esse processo, porém, as abordagens variam de acordo com suas perspectivas e crenças sobre a possibilidade da cooperação e sobre os interesses reais dos Estados em participar desse processo.

Entretanto, a cooperação internacional passou a ser estudada como um forte instrumento de política externa que possibilita a maximização de ganhos e um maior reconhecimento no cenário internacional, distanciando-se da percepção ingênua de ser apenas uma mera ajuda entre os Estados. Os países elaboram suas políticas externas com base nos seus interesses – sejam eles políticos, comerciais, de segurança etc. – e necessidades. Cooperar constitui-se em um meio estratégico de minorar os impactos e custos da interdependência no sistema internacional. As estratégias de cooperação adotadas pelos

países no sistema internacional, segundo Milani (2012, p. 20), “[...] estão diretamente associadas às decisões relativas à inserção internacional (projeção de poder político) e à internacionalização de seus capitalismo no cenário geopolítico e econômico (projeção de poder econômico regional e global)”.

A evolução da cooperação internacional demonstra que os países combinam um discurso de solidariedade internacional com seus interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. Assim como alguns países (doadores emergentes) apresentam esse discurso – que é real e tem fundamento –, outros países (receptores da cooperação) também podem utilizar esse discurso como forma de barganha de seus interesses nas negociações (MILANI, 2012). A cooperação só é possível porque existem interesses diversos e muitas vezes conflituosos, e é exatamente devido a essa diversidade de objetivos que a cooperação internacional torna-se um instrumento de política externa importante para amenizar ou solucionar controvérsias. Pois, se houvesse apenas harmonia de interesses, não haveria necessidade de cooperação nem de ajustes de políticas (KEOHANE, 1988). A cooperação, a princípio, é um processo de coordenação, um caminho ou uma alternativa para alcançar os objetivos de forma com que seus ganhos sejam maiores do que se não houvesse cooperação (ABREU, 2008).

No início do século XXI, há uma mudança de percepção em relação à cooperação internacional, pois o sistema tradicional de cooperação vigente até então, que orientava as relações entre os países e organizações, esgotou a maior parte de seus paradigmas devido a sua rigidez filosófica, ideológica e operacional, por isso não conseguiu acompanhar as realidades da nova conjuntura internacional e atender as suas necessidades. Nesse contexto, a tendência que se iniciara nos anos noventa da cooperação horizontal ganha força e se torna um dos principais temas da agenda diplomática bilateral dos países subdesenvolvidos (ABREU, 2008).

A percepção sobre a cooperação internacional e as motivações para praticá-la estão diretamente relacionadas com a conjuntura internacional que se estabelece, portanto, na medida em que se tornam mais complexas as relações e interações entre os países, a cooperação tende a abranger mais temas e variáveis, ultrapassando a limitação de ter como objetivo apenas a promoção do desenvolvimento, pois outros motivos são levados em consideração.

A ideia de cooperação internacional não se limita mais à transferência de recursos, novas modalidades começam a ser aplicadas, principalmente pelo fortalecimento dos países emergentes que, ao

promoverem a cooperação Sul-Sul e proporem uma nova ordem econômica internacional, impulsionaram a cooperação nas mais diversas áreas, com o intuito de minimizar os impactos e custos da interdependência no sistema internacional. A cooperação tornou-se um instrumento importante ao incentivar o compartilhamento e o intercâmbio de conhecimentos técnicos para solucionar problemas pontuais comuns entre países. No âmbito doméstico, os países utilizam a paradiplomacia ao criarem secretarias de relações internacionais para viabilizar e promover novas modalidades de cooperação, descentralizando as iniciativas nessa área ao incluir a participação de novos atores além do poder central, como, por exemplo, o envolvimento da sociedade civil e dos atores subnacionais. A cooperação transcende a esfera econômica (ajuda financeira, acordos comerciais) e, como um efeito de transbordamento (*spillover*), passa a fazer parte das demais esferas de atuação: política (doméstica e internacional) e social (intercâmbios nas áreas: educacional, militar, saúde, tecnologia etc.).

O capítulo seguinte traz a ascensão da cooperação internacional na agenda chinesa. O país coloca a segurança energética como prioridade na sua agenda internacional após deixar de ser autossuficiente em petróleo (1993) e passa a utilizar a cooperação internacional como instrumento de política externa na sua ofensiva diplomática para diversificar fontes e parcerias buscando minorar essa vulnerabilidade.

3. CHINA

3.1 A INSERÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGENDA CHINESA

O maior intercâmbio comercial que se verifica na década de 1970 impactou diretamente na política externa chinesa. Nessa época, a China iniciou ao projeto de modernização da economia com a Nova Política Econômica (NEP) como meio para superar o atraso e o isolamento diplomático. Essa Nova Política Econômica foi implementada através das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia) para possibilitar a efetivação desse projeto (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

A China manteve-se autossuficiente em petróleo durante esse período (1970-1990), essa vantagem lhe permitiu manter-se à margem das crises petrolíferas da época, bem como um posicionamento diplomático autônomo em relação aos conflitos envolvendo países exportadores de petróleo no Oriente Médio (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). Entretanto, a partir de 1993, a China desenvolveu uma crescente dependência de recursos energéticos fósseis, tornando-se, assim, um importador de petróleo.⁷ Essa dependência de recursos energéticos deve-se ao crescimento econômico exponencial que o país passou a apresentar nas últimas décadas, isso implicou um aumento do consumo energético interno, que as reservas domésticas não conseguiram mais suprir fazendo com que a China iniciasse a sua ofensiva diplomática em busca de recursos fósseis.

O crescimento das reservas chinesas de petróleo foi constante até 2001, desde então, as novas descobertas não conseguiram mais recompor as reservas domésticas consumidas, caracterizando o declínio de suas reservas totais e sua maior agressividade na busca por petróleo estrangeiro e suas grandes empresas petrolíferas que, antes concentravam seus esforços em adquirir empresas ou poços já em funcionamento, passaram a investir em exploração e prospecção (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). A China, portanto, não poderia mais

⁷ Isso levou a China a articular a sua política externa em torno dos países com grandes reservas de petróleo e gás natural, agindo a favor destes em arenas multilaterais para ampliar seu acesso aos recursos fósseis desses países que foram, em parte, responsáveis pela alteração da posição da China no cenário internacional.

planejar seu desenvolvimento com base no aumento da produção doméstica, mas teria que tentar assegurar o fornecimento externo.

A promoção da inserção internacional chinesa em outros mercados iniciou-se com a intensificação das relações com os países da região com o intuito de atrair investimentos que financiassem o desenvolvimento do país. A China ascendeu à condição de principal ator da região, consolidando uma forte base de poder. O país tem buscado se aproximar e estreitar laços com diversos países e blocos regionais, proporcionando maior abertura comercial para os países periféricos e uma redefinição das relações na nova ordem mundial, caracterizando-se, assim, como um país com enorme acumulação de capital e potencial mercado consumidor, além de uma marcante atuação nas organizações internacionais e fóruns multilaterais (VENTURA, 2008).

A segurança energética na China está relacionada com a manutenção do fornecimento de energia necessário para continuar o elevado crescimento que o país vem apresentando nas últimas três décadas, de forma a sustentar o desenvolvimento nacional.

As políticas do governo para redução da dependência energética pela diversificação e elevação do percentual de fontes não fósseis na matriz energética têm sido significativas. O governo chinês busca reduzir a dependência energética pela diversificação das fontes (hidrelétricas, termonucleares, eólica e biomassa) e de parcerias (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). Os planejadores chineses também traçaram estratégias regionais visando à integração territorial e a interiorização do desenvolvimento por meio da infraestrutura energética através dos oleodutos e gasodutos provenientes da Ásia Central que transportam petróleo e gás natural para o mercado chinês. Segundo Pautasso e Oliveira (2008, p. 378), o governo chinês “[...] percebe a segurança energética como possível vulnerabilidade, mas também como grande possibilidade para impulsionar o desenvolvimento nacional. Por isso, os planejadores chineses pensam no curto prazo, e montam estratégias regionais”.

No que diz respeito à ampliação do acesso ao fornecimento externo de energia, a China encontrou no continente africano um excelente fornecedor de matérias-primas, principalmente recursos fósseis e metálicos para suprir a sua imensa demanda por energia. Além disso, o continente africano também representa um grande mercado consumidor para seus produtos, um local propício para investimentos e o apoio da maioria dos países da região nos foros internacionais.

Apesar destas iniciativas para diversificar a matriz energética, a rápida ampliação da demanda por recursos fósseis, como carvão mineral

e petróleo, constringe a segurança energética chinesa. Tanto que, apesar das grandes reservas nacionais, até mesmo o carvão mineral pode tornar-se um recurso crescentemente importado. A expansão da China está aumentando a sua demanda por petróleo, tornando a economia mundial mais intensiva em petróleo (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

Assim, a China inseriu na sua agenda o tema da cooperação internacional tendo como prioridade a segurança energética. A cooperação passou a ser utilizada como instrumento de política externa e como meio necessário para suprir essa imensa necessidade de recursos energéticos.

Para a China, a cooperação sino-africana tem uma dimensão maior do que minimizar a sua debilidade energética: a cooperação com a África é também uma estratégia que minimiza os impactos e custos da interdependência no sistema internacional. Ao estabelecer a cooperação sino-africana, a China expande consideravelmente a sua área de influência e avança com a sua ofensiva diplomática, de forma a criar parcerias estratégicas que possam reorganizar as forças do sistema internacional. Mais do que segurança energética, ao lançar-se para além da Ásia e do centro do sistema internacional, segundo Pautasso e Oliveira (2008, p. 388), a China está buscando dar continuidade a dois pontos centrais da sua agenda externa: “[...] a construção de uma ordem mundial multipolar mais equilibrada e a consecução da condição da China como potência mundial em paridade com os EUA”.

A cooperação internacional representa um tema importante para a agenda internacional contemporânea, principalmente quando é associada à segurança energética. A emergência econômica chinesa e o fato de ter deixado de ser autossuficiente em petróleo em uma era intensiva em consumo levaram o país a colocar a segurança energética como uma das prioridades de sua agenda, utilizando-se da cooperação internacional como um instrumento de política externa para por em prática a sua ofensiva diplomática em busca da diversificação de fontes e parceiros que venham a suprir a sua imensa demanda energética.

O capítulo quatro levanta alguns impactos e desafios deixados pelo colonialismo na África que representam o plano de fundo da materialização das políticas dos países africanos no cenário internacional desde sua independência. Ainda serão abordados alguns elementos do estabelecimento da cooperação sino-africana que é institucionalizada com a criação do Focac (Fórum de Cooperação China-África) em 2000 pela China e 50 países africanos. Por fim, será feita a exploração e análise dos dados estatísticos de Angola e Botswana respectivamente. Os indicadores escolhidos foram os dados de comércio

exterior (exportações, importações e saldo comercial) de Angola e Botswana em relação à China, alguns componentes do IDH dos dois países africanos, e dados dos projetos com financiamento chinês em Angola e Botswana.

4. ÁFRICA

4.1 IMPACTOS DO COLONIALISMO SOBRE A ÁFRICA

Na história da África, jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Esse espaço de tempo foi marcado, num primeiro momento, pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, posteriormente, pela instauração, consolidação e exploração do sistema colonial. A África é assaltada na sua soberania, na sua independência e em seus valores culturais, pois o colonialismo representou para esse continente uma verdadeira revolução que transtornou todo um antigo mundo de crenças, ideias e um modo secular de existência (BOAHEN, 2010).

Na Primeira Guerra, na Grande Depressão de 1930 e na Segunda Guerra, a África encontrava-se sob dominação dos beligerantes e viu-se direta e indiretamente envolvida nesses conflitos e na crise que tiveram repercussões no continente. A estrutura do intercâmbio entre o continente africano e a Europa foi modificada, após a exclusão dos alemães do comércio africano que afetou gravemente quase todos os territórios (CROWDER, 2010). As guerras assinalaram uma evolução na opinião internacional sobre o colonialismo, redesenharam o mapa da África praticamente como se apresenta hoje, revigoraram o nacionalismo político africano e também semearam a ideia de autodeterminação dos povos e da responsabilidade das potências coloniais, que viriam a influenciar o desenrolar dos movimentos nacionalistas (CROWDER, 2010).

Tanto a Depressão de 1929 quanto a Segunda Guerra estariam na raiz das mudanças que conduziram a descolonização e a transferência do poder aos africanos (França e a Inglaterra começaram a projetar a devolução do poder político para os africanos), ambas reforçariam a percepção, pelas elites, das injustiças do sistema colonial, especialmente quanto a sua participação no sistema (CROWDER, 2010).

O capitalismo de Estado concebido pelas potências coloniais visava integrar o mundo colonial ao sistema mundial de produção e distribuição de bens, que até então era mantido relativamente na periferia desse sistema. A crise dos anos 30 marcou um decisivo ponto de inflexão: os fenômenos econômicos ganharam uma dimensão social. Desde então, tudo o que se passava no centro do sistema tinha

repercussões sobre o conjunto da periferia, geralmente através de um fortalecimento da ação econômica ocidental (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

No imediato pós-guerra, a vontade das metrópoles consistia em incorporar a África ao sistema capitalista internacional, mas essa incorporação não se processou sem sobressaltos. Segundo Coquery-Vidrovitch (2010, p. 349), “[...] após cinco anos de relativo isolamento comercial, o restabelecimento das relações com o Ocidente provocou, no plano interno, violentos traumatismos econômicos e sociais”. O nível de vida deteriorou-se terrivelmente, e, ao congelamento dos salários, acrescentou-se a vertiginosa alta dos preços dos produtos importados a qual sucedeu, na Europa, a inflação da guerra. A breve e violenta recessão correspondeu a um momento de profundo questionamento das relações de dominação e dependência, ela assinalou o início da descolonização na África (COQUERY-VIDROVITCH, 2010). Mesmo com a vitória dos Aliados e a derrota do fascismo, segundo Suret-Canale e Boahen (2010, p. 195), “[...] os Estados africanos necessitariam de mais vinte anos para alcançarem a sua independência e soberania política”.

Coquery-Vidrovitch (2010, p. 357) coloca ainda que “[...] os jovens Estados com estruturas desarticuladas de economias subdesenvolvidas eram caracterizados por uma produção voltada para o exterior e assentados sobre um mercado interno muito restrito”. As independências ocorreram em uma conjuntura desfavorável, marcada pelo desaquecimento nos preços das matérias-primas de exportação, a sua fonte primordial de rendimentos, e, em decorrência disso, configurou-se uma situação de nítida deterioração dos termos de troca. Somaram-se a isso, os recursos públicos e despesas de investimento que encontravam-se amputados, conquanto se acelerasse um *boom* demográfico sem precedentes (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Desde então, os Estados africanos haviam se agregado, pelas suas características econômicas, à centúria dos Estados do Terceiro Mundo, ou ao Quarto Mundo, no caso das economias cujo perfil não primava pela extração mineral ou petrolífera (COQUERY-VIDROVITCH, 2010). Mais uma vez, o choque ao qual foi submetido o centro do sistema estaria em vias de impor à periferia uma readequação relativa às modalidades estruturais da dependência. Acuados pelas calamidades naturais, pelas sequelas do passado e pelos obstáculos do mercado mundial, esses jovens Estados africanos reclamavam uma nova ordem econômica internacional, pré-requisito para qualquer reestruturação interna (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

No imediato posterior à Segunda Guerra, o mundo socialista estava pronto para sustentar os movimentos anticolonialistas africanos, com o intuito de enfraquecer o seu inimigo comum: o imperialismo internacional. Após ter traçado os mecanismos e as vias para a colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de apoio ativo à descolonização definitiva da África, sob a forma de uma assistência material e diplomática, oferecida em conformidade com o princípio marxista-leninista, segundo o qual o mundo socialista deveria ajudar aqueles que aspirassem à descolonização (THIAM; MULIRA, 2010).

A política africana, precocemente integrada ao contexto da Guerra Fria, permaneceu orientada pelos imperativos estratégicos através de intervenções nos países africanos. Os temores, suscitados no Ocidente pela influência do bloco soviético na África, tiveram sérias repercussões nas relações afro-ocidentais. Os países ocidentais esforçaram-se para isolar a África da influência do bloco soviético, ao passo que o nacionalismo africano estava distante de ignorar a ajuda que esse mesmo bloco poderia conceder-lhe em seu combate contra os resquícios do colonialismo no território (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Os países socialistas — a URSS e a China — prestaram ajuda, sob diversas formas, aos Estados africanos, tanto antes quanto após a sua conquista da independência. A política externa dos países socialistas, segundo Coquery-Vidrovitch (2010, p. 364), “[...] era permanentemente regida por dois imperativos: um imperativo ideológico, segundo o qual, deviam sustentar os países partidários do marxismo-leninismo; e um imperativo estratégico, mediante o qual, eles defendiam os seus interesses nacionais”.

As antigas colônias demonstraram dificuldades em romperem os seus laços econômicos e comerciais com as metrópoles. Mediante essas condições, os países socialistas encontraram dificuldades em eliminar ou reduzir a dependência dos Estados africanos em relação às potências capitalistas ocidentais⁸ (THIAM; MULIRA, 2010).

⁸ Os Estados africanos, manifestadamente interessados pela via socialista de desenvolvimento, invariavelmente sucumbiram à dependência vis-à-vis do mundo capitalista. A influência política, econômica e social das potências ocidentais sobre as antigas colônias era tão estruturada e solidamente estabelecida que, na maioria dos jovens Estados independentes da África, não se podia correr o risco de eliminá-la sem receber severas penalizações do sistema capitalista internacional. (THIAM; MULIRA, 2010, p. 978)

O mundo socialista em seu conjunto ajudou a maioria dos Estados africanos, sob diferentes formas, ajuda econômica, técnica e militar que, ao permitir-lhes evitar o recurso exclusivo aos créditos ocidentais, reduziu a sua dependência perante antigos colonizadores e possibilitou às sociedades africanas realizarem, com sucesso, numerosos projetos, quer se tratasse de desenvolvimento (educação, indústria e agricultura) ou de assuntos ligados à defesa militar (THIAM; MULIRA, 2010). Segundo esses dois autores (2010, p. 992), as relações políticas, econômicas e militares de alguns países africanos com o mundo socialista contribuíram amplamente para “[...] atizar as rivalidades, desde antes muito fortes, que opunham as duas superpotências (EUA e URSS) a China”. Os recursos minerais da África, os seus mercados e a posição estratégica dos seus portos e aeroportos fizeram-na uma das regiões do globo mais cobiçadas pelas superpotências, e a constante rivalidade das superpotências não podia senão minar o desenvolvimento da África (THIAM; MULIRA, 2010).

A China apresentou uma alternativa incontestável aos africanos, sensíveis ao caráter original da experiência chinesa, cujas particulares características, tais como o seu caráter camponês e agrícola, correspondiam perfeitamente às condições africanas (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Segundo Thiam e Mulira (2010, p. 972), “[...] por razões de ordem ideológica e ligadas ao interesse nacional, os países do Terceiro Mundo ocupavam uma posição privilegiada, em meio aos objetivos da política externa de Pequim”, e nada era mais ilustrativo que as relações da China com a África, cuja importância para os chineses residia em três considerações. Primeiramente, o combate da África pela sua independência representava uma importante etapa da luta revolucionária mundial do proletariado contra o capitalismo: a China tinha, portanto, um dever de solidariedade em respeito a esse combate. Em segundo lugar, o interesse nacional da China demandava-lhe estar presente na África, onde se enfrentavam os seus concorrentes, os EUA e a URSS, e onde ela poderia encontrar simpatias, ao menos no plano diplomático, as quais lhe ajudariam a atingir os seus objetivos, em matéria de política externa. Por fim, a China considerava ter passado por uma experiência colonial análoga àquela da África: ela encontrava-se, por conseguinte, bem posicionada para compreender os problemas do colonialismo e para ajudar o continente a conduzir, com sucesso, o seu processo de descolonização (THIAM; MULIRA, 2010).

A China, de acordo com Thiam e Mulira (2010, p. 972), “[...] adotou uma política de ajuda econômica aos países em desenvolvimento

ligeiramente diferente, sob certos aspectos, daquela adotada pelos outros países socialistas”, baseada nos seguintes princípios: a ajuda concedida deveria ser mutuamente vantajosa, para o doador e para o país beneficiado, cuja independência deveria ser respeitada; ela seria gratuita e visaria garantir a autonomia do beneficiário; ela seria investida em projetos rapidamente rentáveis; a qualidade dos produtos fornecidos seria garantida; os técnicos locais deveriam ser formados e habilitados a conduzir os projetos realizados com a ajuda chinesa; e, finalmente, os peritos chineses deveriam ser beneficiados com as mesmas vantagens que os especialistas locais. Em suas relações de cooperação econômica com a África, a China esforçou-se em respeitar, rigorosamente, esses princípios (THIAM; MULIRA, 2010).

A ajuda concedida pela China à África tinha os seguintes objetivos: a) eliminar, ou ao menos restringir, as influências americana e soviética no continente; b) garantir a parceria africana nos foros internacionais; e c) ajudar a África a eliminar o imperialismo e a alcançar a sua autonomia econômica. Em contrapartida, Pequim esforçou-se em obter o apoio do continente africano em prol da sua luta permanente pela revolução internacional (THIAM; MULIRA, 2010).

Posteriormente à conquista da independência pela África, a corrupção no exercício do poder político, eventualmente, tomou a forma de uma privatização do Estado. A crise do sistema de governo, em alguns países da África, segundo Edmondson (2010, p. 1119), “[...] está ligada aos males políticos (tirania, anarquia) e os males econômicos – dependência externa (diminuição nas capacidades de autonomia) e o declínio nas capacidades administrativas (redução nas capacidades de desenvolvimento)”, e, além disso, o *déficit* de competências das instituições é uma das causas da violação permanente dos direitos humanos na África.

A África dos anos 1990, segundo Wondji (2010, p. 1133) pode ser definida como “[...] um cenário marcado, principalmente, por crise econômica e política, por tensões e guerras, bem como pela pobreza que correspondente a uma epidemia no continente parcialmente ligada ao crescimento demográfico”. Ao longo dos anos 1990, assiste-se, portanto, a uma intensificação da "desclassificação internacional" do continente africano, já existente, devido ao cenário dessa década em que as experiências de desenvolvimento importadas se haviam desdobrado em trágicos impasses, e a África, minada pelas suas crises políticas e pela fraqueza dos seus resultados econômicos, encontrava-se abandonada (WONDJI, 2010).

Uma das características da África consistia em sua dependência do Ocidente, a qual se devia à miséria e ao recente passado colonial. Essa dependência também engendrou outra característica comum ao conjunto dos países e povos da África negra: uma profunda desigualdade social (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Os jovens Estados africanos emergiram em um cenário desfavorável as suas características. O desaquecimento nos preços das matérias-primas de exportação, a sua fonte primordial de rendimentos, seguido pela deterioração dos termos de troca e pelo *déficit* nas operações correntes, combinados à insuficiência no fluxo de investimentos estrangeiros, tornaram imperativo o recurso aos empréstimos internacionais, iniciando e agravando o problema do serviço da dívida (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

As dificuldades ligadas ao tratamento da dívida interna e externa, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, os quais viriam a substituir empreendedores estrangeiros. Através dos programas de ajuste estrutural (PAE), essas instituições tentaram redinamizar algumas das moribundas economias africanas. Partidário da liberalização das economias africanas, o FMI tem como objetivo livrar o Estado da gestão econômica em proveito do setor privado. No decorrer dos anos 1990, a quase totalidade dos países africanos engajou-se nesse processo de estabilização e austeridade. Esses programas de austeridade traduzem-se, nesses países já pobres, por uma desestruturação econômica e social, pelo crescimento do desemprego e por uma degradação nas condições de vida dessas populações, das quais, as mais gravemente afetadas são aquelas das cidades onde se amplificam os mecanismos de exclusão e marginalização social.

O colonialismo marcou a história da África de forma tão profunda que muitas das sequelas ainda não foram superadas e, muitas vezes, essas sequelas impedem as tentativas de modificar a realidade esculpida nos países africanos. Os impactos do colonialismo afetaram a geopolítica do continente, a economia, a política e a sociedade.

O impacto mais importante, no plano político, foi a perda da soberania e da independência e, com ela, do direito dos africanos de dirigir seu próprio destino ou de tratar diretamente com o mundo exterior (BOAHEN, 2010). O colonialismo pôs fim a tudo isso e privou, assim, os Estados da África da possibilidade de adquirir experiência no domínio da diplomacia e das relações internacionais. Os africanos foram

privados de um dos direitos mais fundamentais e inalienáveis dos povos: o direito à liberdade. A África foi isolada por completo e mantida em estado de sujeição⁹. Segundo Boahen (2010, p. 927), “[...] a perda da independência e da soberania, a privação do direito fundamental à liberdade e o isolamento político impostos à África pelo colonialismo constituem um dos efeitos mais perniciosos do colonialismo no plano político”.

Em relação à estrutura geopolítica que se estabeleceu após a Partilha do continente, ela levantou vários problemas, pois muitos desses Estados foram criações artificiais, e essa artificialidade viria a pesar fortemente sobre o desenvolvimento futuro do continente (BOAHEN, 2010). Existem fronteiras que dividem grupos étnicos já existentes e retalham reinos, o que provocou perturbações sociais e deslocamentos. Uma das consequências importantes dessa situação são as crônicas questões fronteiriças a prejudicar as relações de alguns Estados africanos independentes. Dada a natureza arbitrária dessas fronteiras, de acordo com Boahen (2010, p. 924), “[...] cada Estado Nacional é constituído por uma miscelânea de povos, de cultura, tradições e línguas diferentes, os problemas que essa mescla levanta, em alguns países africanos, para a edificação de uma nação não são fáceis de solucionar”.

O caráter artificial e arbitrário das divisões coloniais teve ainda outra consequência: os Estados que surgiram têm superfícies diferentes, recursos naturais e possibilidades econômicas desiguais. Enquanto algumas nações resultantes da partilha são gigantes, como Sudão, Nigéria e Argélia, outras são anãs, como Gâmbia, Lesoto e Burundi. Infelizmente é maior o número de pequenos e de médios do que de grandes Estados; por outro lado, alguns têm imensas faixas litorâneas, mas outros, como Mali, Níger e Chade, não possuem acesso direto ao mar. Por fim, alguns Estados são muito ricos em recursos naturais, como Gana, Zâmbia e Nigéria, mas outros foram modestamente aquinhoados, como Chade e Níger; e se alguns só têm uma fronteira para vigiar, como Gâmbia, outros têm quatro e até mais, como Zaire, o que cria graves problemas de segurança nacional e de controle do contrabando (BOAHEN, 2010).

No que se refere à herança econômica, alguns legados do colonialismo são responsáveis pela maior parte dos problemas de desenvolvimento enfrentados pelos países do continente africano. O crescimento econômico das colônias baseava-se nos recursos materiais

⁹ Estar sob o controle político de outro país ou Estado.

das regiões, de modo que as zonas desprovidas de tais recursos haviam sido negligenciadas por completo pelas metrópoles. Segundo Boahen (2010, p. 930), “[...] daí resultam as gritantes desigualdades econômicas dentro de uma mesma colônia, que acentuavam e exacerbavam as diferenças e os sentimentos regionais, fato que representou grande obstáculo à constituição das nações na África independente”.

Uma das características da economia colonial consistia em negligenciar ou em desencorajar deliberadamente a industrialização e a transformação das matérias-primas e dos produtos agrícolas (Boahen, 2010). De acordo com o mesmo autor (2010, p. 931), “[...] não só a industrialização foi negligenciada como as indústrias e as atividades artesanais existentes na época pré-colonial foram destruídas e o desenvolvimento tecnológico foi paralisado”. Embora a agricultura intensiva acabasse por se tornar a principal fonte de renda da maior parte dos Estados africanos, nenhuma tentativa foi feita para diversificar a economia rural das colônias, ou seja, o colonialismo integrou as economias africanas na ordem econômica mundial, mas de forma bastante desvantajosa e exploradora, e o fato de depender tão fortemente de culturas exportáveis teve outro efeito desastroso: negligenciar o setor interno da economia africana (BOAHEN, 2010).

A colonização levou, também, ao aparecimento no cenário africano de um número crescente de companhias bancárias¹⁰, comerciais e marítimas estrangeiras, as quais se fundiram e se consolidaram sob a forma de oligopólios, e a outra consequência desse processo foi à eliminação dos africanos dos setores mais importantes e lucrativos da economia pondo virtualmente fim ao comércio interafricano¹¹ (BOAHEN, 2010).

Todo o progresso econômico realizado durante o período colonial custou elevado e injustificável preço para os africanos¹², sobretudo,

¹⁰ Um efeito revolucionário do colonialismo foi a introdução da economia monetária, de um novo padrão de riqueza baseado no dinheiro (as atividades passaram a centrar-se no dinheiro criando novas classes sociais) e do início das atividades bancárias na África. (BOAHEN, 2010, p. 929)

¹¹ A eliminação de boa parte dessas antigas relações mercantis interafricanas impediu o estreitamento dos velhos laços e o desenvolvimento de outros novos, que pudessem vir a ser de benefício para os africanos. A África não pôde desenvolver laços comerciais diretos com outras regiões do mundo. (BOAHEN, 2010, p. 934)

¹² O trabalho forçado, o trabalho migratório a cultura obrigatória de certas espécies, a tomada compulsória de terras, a mobilização forçada de populações, o sistema de “passes”, a elevada taxa de mortalidade nas minas e nas

segundo Boahen (2010), as políticas monetárias seguidas pelos poderes coloniais em relação as suas colônias¹³, "enquanto asseguravam moedas estáveis e plenamente conversíveis, levaram ao congelamento dos ativos coloniais nas capitais metropolitanas, que não eram assim tornados líquidos e investidos nas colônias". A repatriação de economias e depósitos de africanos pelos bancos, e a discriminação praticada contra estes na abertura de créditos contribuíram ainda mais para impedir o desenvolvimento da África (BOAHEN, 2010).

Em termos gerais, a África permanece o continente menos industrializado do mundo e um continente, sobretudo fornecedor de matérias-primas industriais aos países industrializados europeus e americanos. Trata-se, segundo Kipré (2010) "por excelência, do continente emblemático do subdesenvolvimento".

Por fim, ainda dentro da herança econômica colonial, deve-se destacar que a infraestrutura construída pelo colonialismo destinava-se apenas a facilitar a exploração dos recursos das colônias e conectá-las às metrópoles, uma vez que não havia interesse por parte das metrópoles em promover o desenvolvimento econômico da colônia ou a integração entre os diversos países africanos (BOAHEN, 2010).

No plano social, alguns efeitos do colonialismo se destacam, como o aumento sem precedentes da população africana, a urbanização, a difusão do cristianismo, a educação ocidental, a instituição de uma língua franca (língua materna da potência colonial) em cada colônia, e a introdução e desenvolvimento de uma nova estrutura social. Dentre estes efeitos, os mais marcantes foram, sem dúvida, o hiato crescente entre os centros urbanos e as zonas rurais, e a imensa quantidade de colonos e imigrantes europeus e asiáticos (BOAHEN, 2010).

O continente africano, no século XXI, apresenta índices preocupantes nas questões sociais. Angola e Botswana são exemplos de países africanos que ainda estão tentando minorar os impactos do colonialismo. Os dois países tem apresentado progressos significativos quanto às taxas de analfabetismo, desemprego e pobreza, além da expectativa de vida e desigualdade, mas, ainda há muito que se fazer. Soma-se a isso, a dependência externa das exportações de um único produto que é a base da economia de Angola (petróleo) e Botswana

plantations, a brutalidade com que os movimentos de resistência e de protesto provocados por essas medidas foram reprimidos etc. (BOAHEN, 2010, p. 934)

¹³ Essas políticas monetárias tinham como características: atrelar as moedas das colônias as da metrópole, introduzir tarifas e manter todos os lucros do câmbio nas capitais metropolitanas. (BOAHEN, 2010, p. 934)

(diamantes), ou seja, esses países continuam com uma produção voltada para o exterior e assentados sobre um mercado interno muito restrito.

No plano educacional, segundo Boahen (2010, p. 939), “[...] o colonialismo ofereceu uma educação que revelou-se inadequada, globalmente, desigualmente distribuída e mal orientada”. Em parte alguma e em nenhum grau, o sistema escolar satisfazia a demanda, como tampouco estava distribuído equitativamente. O impacto desse sistema educacional sobre as sociedades africanas foi profundo e quase permanente, deixando como legado para a África um enorme problema de analfabetismo, enquanto que a elite formada pelo colonialismo tornou-se uma elite alienada, que reverenciava a cultura e a civilização europeias e menosprezava a cultura africana (BOAHEN, 2010).

As autoridades coloniais, segundo Boahen (2010, p. 946), “[...] não consideravam o desenvolvimento da África como uma prioridade urgente”, pois as disputas entre as potências europeias e posteriormente com o mundo socialista consideravam apenas seus interesses como atores internacionais. O colonialismo representou, portanto, uma etapa extremamente importante para explicar a formação política, econômica e social dos países africanos. O processo de desenvolvimento no continente foi, e continuará a ser, muito influenciado pelo impacto do colonialismo.

No século XXI, a África volta a despertar o interesse internacional por três principais razões. A primeira nasce do sentimento nobre e ético de que é inquietante omitir-se diante de situações catastróficas. Esse fato é marcado pela maior atuação das Nações Unidas no continente, ao criar os Objetivos de Desenvolvimento Milênio (ODM), buscando contribuir para a formação de um ambiente mais digno, humano que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. A segunda aflora na consciência dos países desenvolvidos por meio do receio de que o continente africano se torne uma fonte de ameaças de violência de insurreições sociais e de invasões (LIBÂNIO, 2011). Por fim, a retomada do interesse chinês no continente africano ao estabelecer o Fórum de Cooperação China-África (Focac) em 2000. Os países subdesenvolvidos, desde a Conferência de Bandung em 1955, buscaram estreitar relações com os países africanos, por possuírem uma proximidade histórica, econômica e cultural.

O impacto do colonialismo variou de região para região e de atividade para atividade. No plano econômico, ele foi decisivo e essencial tendo marcado ao mesmo tempo a cidade e o campo; em quase todas as partes da África, a economia monetária se tornou regra ao fim do período colonial; a economia africana se integrou mais

profundamente na economia mundial, em geral, e na capitalista, em particular, com consequências possivelmente permanentes, pois a integração foi feita de maneira muito desvantajosa para uma África explorada (BOAHEN, 2010).

Segundo Boahen (2010, p. 948), “[...] todas as demais transformações econômicas¹⁴ já tinham começado antes da era colonial”. O colonialismo apenas acelerou vertiginosamente o ritmo dessas transformações, precipitou e reforçou a confrontação entre a África e a Europa. No entanto, fez isso de um modo que privou os africanos de qualquer papel essencial ou benéfico. A alteração foi tão rápida e profunda que seu impacto sobre os africanos não só foi traumático como precipitou a economia em uma direção nociva e alienada, da qual ela não conseguiu ainda desviar-se (BOAHEN, 2010). Os efeitos no nível político foram igualmente fundamentais, duradouros e ressentidos por todos os membros da sociedade africana, a própria estrutura geográfica dos Estados africanos independentes é uma criação do colonialismo.

4.2 COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA

No contexto da Guerra Fria, a China aproxima-se do continente africano estrategicamente com interesses estritamente políticos. Com o objetivo de exportar a Revolução Chinesa, o país apoiou movimentos de libertação nacional africanos na Tanzânia, Zâmbia, Angola, Moçambique, Somália e Zimbábue, com ajuda bélica e humanitária, disseminando a ideia de Terceiro Mundo. A China estava voltada para seus problemas internos e, na África, eram poucos os países que já haviam conquistado a independência. A partir de 1954, com a adoção dos Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica¹⁵, a China passou a alicerçar a sua política externa nesses princípios e a tomar medidas que visavam aumentar as suas relações com países recém-independentes de todo o mundo. Desde então, a China passou a estabelecer relações diretas e efetivas com os países africanos, marcando a sua presença na África (VISENTINI, 2012).

¹⁴ A introdução da agricultura de exportação e da economia monetária, o desmantelamento constante e paulatino das formas de vida comunitária, a integração da economia africana na economia mundial, a urbanização. (BOAHEN, 2010, p. 948)

¹⁵ Respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não agressão, não intervenção em assuntos internos de outros países, igualdade e benefícios recíprocos, e coexistência pacífica.

Em 1955 ocorre a Conferência de Bandung, onde, segundo Esteves (2010, p. 6), “[...] a China firmou tratados de comércio com países norte-africanos e vínculos com alguns movimentos anticoloniais da África Meridional”. A partir desse contato, são inauguradas oficialmente as relações sino-africanas. A China, nesse cenário, apoiava ativamente o processo de descolonização do continente africano como forma de aumentar sua influência política e de conquistar novos parceiros (ESTEVES, 2010).

Na década de 1960¹⁶, segundo Visentini (2012, p. 27), “[...] a preocupação chinesa na África voltou-se às questões ideológicas e a sua luta contra as forças do imperialismo, colonialismo e revisionismo, colocando assim as questões econômicas em segundo plano”. Diante dessa conjuntura, a China reatou as relações políticas com a França, em 1964, causando grande impacto nas suas relações diplomáticas com os países africanos, principalmente os francófonos. Além disso, a China anunciou os Princípios Guia do Desenvolvimento das Relações com Países Árabes e Africanos (VISENTINI, 2012)¹⁷.

Durante a década de 1970, a China renunciou ao seu isolamento político, o que fomentou grandemente as relações sino-africanas, pois o país realizou uma inflexão em sua política externa, alterando a prioridade dos interesses nacionais e adotando uma estratégia pragmática (VISENTINI, 2012). Diversos movimentos de libertação nacional no continente africano receberam o apoio chinês na tentativa de barrar ou neutralizar a atuação soviética no continente. Em 1971, contando com significativo apoio dos países africanos, a China voltou a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em detrimento de Taiwan, obtendo o *status* de legítimo representante do povo chinês. O *status* de membro permanente, aliado à conjuntura que se apresentava, permitiu que a China ampliasse a sua presença diplomática no continente.

O início da década de 1980 marcou um novo ponto de inflexão na política externa chinesa, como reflexo das reformas de Deng Xiaoping

¹⁶ Pequim, tendo como base a luta contra a hegemonia das duas superpotências, adotou a estratégia de Duas Zonas Intermediárias, na qual a China deveria apoiar os países subdesenvolvidos e conquistar diplomaticamente os países da Europa Ocidental.

¹⁷ Estes incluíam o apoio aos movimentos anti-imperialistas e anticoloniais, bem como os movimentos de libertação e a política de não alinhamento dos países africanos, o respeito à soberania desses países e a oposição a qualquer forma de invasão e interferência estrangeiras nas questões africanas.

no país. Houve uma redefinição da estratégia diplomática e política para a África, por meio da despolitização da diplomacia e da aproximação chinesa dos países outrora negligenciados por serem aliados à URSS (ESTEVEZ, 2010). A China retoma o seu interesse no continente africano substituindo o viés ideológico das relações sino-africanas pela ênfase econômica. Ao adotar um modelo desenvolvimentista, caracterizado pela não intervenção política e pela defesa da autonomia estatal, a China inaugurou um novo padrão de relacionamento com países africanos (VISENTINI, 2012). As relações chinesas com o continente africano passariam a ser pautadas pelos cinco princípios básicos, o que visava demonstrar, aos países africanos, que o relacionamento entre China e África se daria em bases de reciprocidade, e não mais através da assistência econômica chinesa.

No final da década de 1980, contudo, a postura chinesa em relação à África sofreu outra inflexão. Em termos econômicos, o país vivenciava um período de forte crescimento e extroversão econômica, e necessitava da África como fonte de recursos naturais e de mercado consumidor para dar continuidade à sua expansão. Em termos políticos, segundo Visentini (2012, p. 29), “[...] a China se viu isolada com o episódio da repressão política na Praça da Paz Celestial, muito criticado pelo ocidente”. Com isso, buscou no mundo em desenvolvimento o apoio para contrapor-se às críticas, e de fato encontrou esse apoio no continente africano, pois vários líderes africanos se alinharam à posição chinesa¹⁸.

Concedida a independência aos países africanos, não demorou muito tempo para que a China se apressasse ao respectivo reconhecimento. Assim, a partir de 1989, os primeiros ministros chineses passaram a visitar o continente africano no início de cada ano, sublinhando a importância do papel que a política para a África passou a desempenhar na política externa chinesa (VISENTINI, 2012).

Com o fim da autossuficiência petrolífera chinesa e, conseqüentemente, da sua independência frente às flutuações do preço da *commodity* no mercado externo, a China passou a buscar petróleo em mercados onde os EUA tivessem dificuldades de se inserir (VISENTINI, 2012). Verificou-se também um aumento significativo da ajuda chinesa destinada ao continente africano, bem como um aumento

¹⁸ Houve um entendimento, de ambos, de que as críticas ocidentais eram uma tentativa de desestabilizar o crescimento chinês. Além disso, os líderes chineses perceberam, nos países africanos, uma preciosa possibilidade de aliança política que poderia servir de sustentação, especialmente no âmbito das Nações Unidas.

do número de *joint ventures*, de investimentos chineses e de interação econômica.

A década de 1990 mostrou um novo impulso nas relações sino-africanas, com um aumento da complexidade e abrangência das relações e da cooperação. Os fluxos de capitais chineses para a África cresceram exponencialmente, tanto em termos de Investimento Direto Externo, quanto em termos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (VISENTINI, 2012). Ao final do decênio, segundo Visentini (2012, p. 30), “[...] cerca de trinta viagens haviam sido efetuadas por mais de dez dirigentes chineses da alta cúpula, espelhando, na arena político-diplomática, o incremento do comércio e dos investimentos chineses no continente”.

De acordo com Alves (2010, p. 26), “[...] a China não é guiada pela moralidade quando põe em prática a sua política externa pautada pela busca de recursos naturais, não discriminando assim os países por conta das políticas adotadas em âmbito doméstico”. O desrespeito aos direitos humanos ou a corrupção não são motivos para se deixar de negociar, o que muitas vezes suscita críticas por parte de governos ocidentais. Ao adotar o princípio da não interferência em assuntos internos, à China permite-se fazer negócios com países com os quais as empresas ocidentais não são incentivadas ou mesmo impedidas de ter relações comerciais (ALVES, 2010). Isso traz uma enorme vantagem para as firmas chinesas, que acabam enfrentando pouca concorrência nas disputas por campos de exploração de petróleo.

A política chinesa para a África criou as bases para o fortalecimento e consolidação das relações sino-africanas e, posteriormente, evoluiu seguindo a lógica de institucionalização de medidas de fomento às economias africanas, apoiando o empresariado e as empresas estatais chinesas, assim como as iniciativas governamentais, até a criação do Fórum de Cooperação China-África (Focac), em 2000, com o objetivo de aumentar e coordenar a cooperação sino-africana, institucionalizando oficialmente as relações sino-africanas (FOCAC, 2004).

O funcionamento do Focac se dá através de conferências ministeriais, de frequência trienal, que ocorrem alternadamente em Pequim e em um país africano, onde são anunciadas, na forma de Planos de Ação, as orientações programáticas da cooperação entre China e países africanos nos três anos posteriores à realização do Fórum (FOCAC, 2004). Em 2003, ocorreu a segunda reunião ministerial do Focac na Etiópia, onde, entre as principais decisões, estavam: o reforço da cooperação em matéria de exploração de recursos humanos, a oferta de treinamentos multissetoriais a 10.000 africanos, e o acordo de uma

tarifa zero para a importação de alguns produtos provenientes de países africanos menos avançados (FOCAC, 2004).

No terceiro Focac, foram tomadas decisões que expressaram claramente o aprofundamento das relações sino-africanas, as quais passaram a ter o *status* de Parceria Estratégica para Pequim (FOCAC, 2004). Entre essas, estão o aumento da ajuda chinesa à África, a remoção das tarifas de 440 produtos de países africanos menos desenvolvidos, a criação de até cinco Zonas de Livre Comércio no continente, e também o estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento no valor de US\$ 5 bilhões como forma de encorajar os investimentos chineses na África, além do envio de profissionais e de voluntários chineses aos países africanos, bem como o treinamento e a formação de profissionais e o aumento de bolsas de estudos para africanos (FOCAC, 2004).

De acordo com Esteves (2010, p. 14), “[...] Pequim tem desenvolvido projetos para a construção e estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Livre Comércio em diversos países africanos, onde são implantadas indústrias em regime de joint ventures”¹⁹. Essas zonas visam à expansão de indústrias específicas e dos níveis de emprego a partir de incentivos fiscais. O volume de Investimento Externo Direto para a África tende a se manter em ascensão devido à natureza complementar do desenvolvimento entre a China e seus parceiros africanos e à necessidade cada vez maior de recursos para manter o seu desenvolvimento (ESTEVES, 2010).

Na Quarta Cúpula, realizada no Egito, em 2009, o Plano de Ação elaborado foi ainda mais ambicioso que os anteriores. Entre as principais decisões tomadas estavam isenção de tratamento tarifário a 95% dos produtos provenientes dos países menos desenvolvidos e o fornecimento de US\$ 10 bilhões em empréstimos preferenciais, com a inclusão de US\$ 1 bilhão destinados às pequenas e médias empresas africanas, à construção de 50 escolas, à ampliação para 5500 no número

¹⁹ Essas zonas passaram a ser desenvolvidas a partir da Cúpula de 2006 do Focac e, desde então, cinco zonas foram aprovadas para serem estabelecidas na África subsaariana, sendo duas delas na Nigéria. Uma das primeiras Zonas Econômicas Especiais a ser desenvolvida encontra-se em Chambishi, onde companhias ali localizadas receberão diversos incentivos alfandegários, por isso, a região contempla a criação de mais de 6000 empregos para zambianos. A segunda zona oficial é localizada em Maurício, um centro financeiro com atrativas leis relacionadas a investimento externo. (FOCAC, 2004)

de bolsas de estudo do governo chinês e à formação e capacitação de mais de 6000 profissionais africanos (FOCAC, 2004).

A Quinta Conferência Ministerial do Focac, realizada em 2012 na China, representou o sucesso da contribuição ativa do Fórum ao longo dos últimos 12 anos desde a sua criação na consolidação da amizade tradicional entre China e África, reforçando a confiança política mútua, aprofundando a cooperação prática, aumentando o intercâmbio e a aprendizagem mútua e promovendo o desenvolvimento integral do novo tipo de parceria estratégica (FOCAC, 2004). Durante esses 12 anos, os Planos de Ação têm sido implementados de forma completa e eficaz, reiterando o compromisso de continuar a ver as relações sino-africanas de uma perspectiva estratégica e de longo prazo. Segundo Gazibo e Mbabia (2012, p. 61) “[...] as deliberações do FOCAC aproximaram os líderes africanos e chineses e esculpíram uma visão compartilhada em matéria de coordenação política, de maior interação comercial e de prosperidade comum”. No âmbito do Focac pode-se compreender melhor a definição de cooperação internacional de Keohane, pois há uma coordenação de políticas entre a China e os 50 países africanos refletindo o interesse compartilhado de manter o diálogo e de estreitar as relações diplomáticas e comerciais através da cooperação.

A sessão seguinte aborda um panorama geral de Angola e Botswana respectivamente, assim como a exploração e análise dos dados estatísticos dos dois países.

4.3 EXPLORAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DE ANGOLA E BOTSWANA

Desde sempre, profundas diferenças assinalaram a vida política, africana, de países tão dessemelhantes como Angola e Botswana. Essas diferenças, ainda hoje bem visíveis, eram consideráveis entre 1919 e 1935, devido, principalmente, ao fato desses países fazerem parte de diferentes impérios coloniais: o britânico e o português. Por outro lado, esses dois territórios coloniais não tinham o mesmo estatuto político: Angola era colônia, e Botswana foi dividida em colônia e protetorado. Finalmente havia largas distâncias no plano socioeconômico.

4.4 ANGOLA

Angola foi colônia portuguesa, ocupada e dominada tardiamente (século XX)²⁰. O caráter específico do colonialismo português e o fato do fascismo estar no poder desde 1926, fez com que as colônias portuguesas apresentassem considerável atraso em relação às demais. Foram as guerras de libertação que impuseram aos poderes coloniais a necessidade da independência. Segundo Chanaiwa (2010, p. 320), “[...] a guerra de libertação forçara os portugueses a voltarem-se criticamente sobre si mesmos, em relação ao seu próprio subdesenvolvimento, a sua própria dependência econômica e a ditadura política de Salazar”. Enquanto os problemas de política interna passavam ao primeiro plano e o custo humano e econômico da guerra apresentava-se pesado, não restava aos portugueses outra escolha senão negociar para colocar um ponto final na dominação colonial²¹.

Angola só conseguiu derrubar o colonialismo português em 1974²². Foi somente em 1975 que acordos foram assinados pelos três movimentos políticos e pelo governo português, estipulando a data da independência. Mas sucedeu à libertação a guerra civil angolana. Essa guerra civil (1975-2002)²³ foi travada entre o Movimento Popular de

²⁰ O caráter específico do colonialismo português e a oposição popular que ele provocava podem ser deduzidos de quatro fatores: a fraqueza inicial do Estado colonial, a natureza progressivamente autoritária do regime colonial, a falta de capitais portugueses e o recurso ao trabalho forçado, e a uma política de assimilação. (DAVIDSON; ISAACMAN; PÉLISSIER, 2010, p. 814)

²¹ Em 1974, eles assinavam, com os movimentos de libertação, os acordos de Lusaka, que concediam provisoriamente a autonomia interna à Angola, implantando os mecanismos passíveis de organizar eleições gerais. (M’BOKOLO, 2010, p. 260)

²² Em 1974 ocorre em Portugal a Revolução dos Cravos, um golpe militar que pôs fim à ditadura em Portugal.

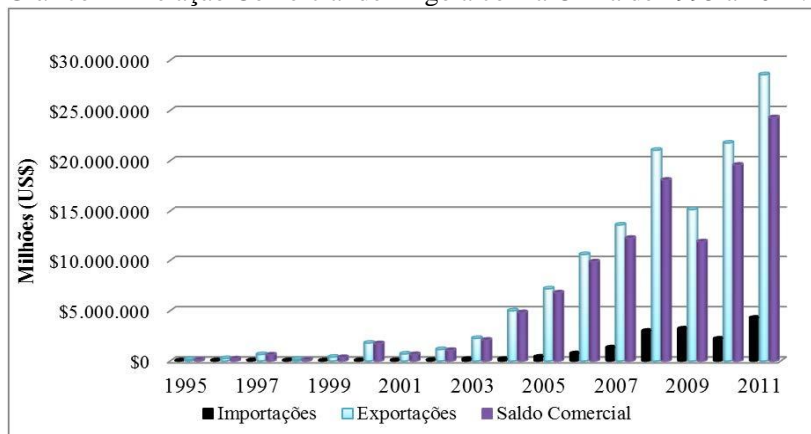
²³ Esse conflito armado ocorreu devido a dois processos que se iniciaram após a independência. Por um lado, o MPLA assumiu a liderança política e – por adotar o marxismo-leninismo como doutrina – estabeleceu um regime político e econômico inspirado pelo modelo então em vigor nos países socialistas. Por outro lado, a FNLA e a Unita não se conformaram nem com a sua derrota militar nem com a sua exclusão do sistema político, e retomaram a guerra. O MPLA abandonou a doutrina marxista-leninista e mudou o regime para um sistema de democracia multipartidária e uma economia de mercado. (CHANAIWA, 2010, p. 282-352)

Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). Depois de quatro décadas de conflito armado, que causou grandes danos às instituições políticas e sociais, o país iniciou a sua reconstrução (ainda em andamento), que só foi possível graças ao fim da guerra civil e da melhora apresentada pela economia baseada na produção petrolífera (CIA, 2012). Grande parte da infraestrutura do país ainda está danificada ou pouco desenvolvida por causa da guerra civil de 27 anos de duração (CIA, 2012).

Na sequência serão apresentadas a exploração e a análise dos dados estatísticos de Angola referentes ao comércio exterior com a China, alguns elementos do IDH de Angola e os projetos financiados pela China em Angola.

O gráfico 1, traz a relação comercial entre Angola e China desde 1995 até 2011. O intercâmbio que antecede o ano de 2000 não apresenta valores tão representativos, pois Angola ainda vivenciava a guerra civil interna e a China priorizava as relações regionais asiáticas.

Gráfico 1 - Relação Comercial de Angola com a China de 1995 a 2011.



Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

Os dados expressos no gráfico 1, evidenciam que o comércio exterior de Angola com a China começa a se elevar a partir de 2000, apresentando uma drástica variação. Se compararmos o ano de 1995 com 2011, o intercâmbio comercial passou de 155 milhões de dólares para 32 bilhões de dólares. Após uma sutil redução nesse intercâmbio

comercial, entre 2008-2009, como reflexo da crise econômica mundial, o intercâmbio comercial retoma o crescimento que vinha apresentando nos anos anteriores. O saldo da balança comercial permanece favorável (apresentando *superávit*) em todo o período analisado.

O aumento considerável da relação comercial entre esses dois países tem como plano de fundo três importantes fatores que ocorreram no período de 1993-2002. O primeiro é o fato de a China deixar de ser autossuficiente em petróleo (1993) e avançar com sua ofensiva diplomática em busca de recursos energéticos. O segundo fator corresponde à criação do Fórum de Cooperação China-África (Focac) pela China e por 50 países africanos, com o intuito de institucionalizar as relações sino-africanas. E o terceiro fator diz respeito ao fim da guerra civil em Angola (2002), que durou 27 anos. Esses três fatores contribuíram muito na elevação do intercâmbio comercial entre Angola e China nesse período de tempo. Esse elevado nível de intercâmbio comercial tende a aumentar ainda mais com o crescimento exponencial do setor petrolífero em Angola e do fluxo de investimentos chineses nesse setor no país africano, visando desenvolvê-lo.

Os dados sobre a origem das importações de Angola em 2000 e 2011 estão contidos na tabela abaixo para uma comparação sobre a presença chinesa na pauta de importação do país africano nesses 11 anos.

Tabela 1 - Origem das Importações de Angola em 2000 e 2011

Origem das Importações de Angola			
2000		2011	
Países	Porcentagem	Países	Porcentagem
Portugal	18,38%	Portugal	19,4%
África do Sul	15,9%	China	16,8%
EUA	11,9%	EUA	9,2%
França	6,1%	Brasil	6,6%
Reino Unido	5,7%	África do Sul	5,1%
Brasil	5,7%	França	4,5%
Bélgica	5,0%	Reino Unido	3,7%
Holanda	3,9%	Emirados Árabes Unidos	3,1%
Espanha	3,5%	Namíbia	3,0%
Itália	3,5%	Índia	2,4%
China	1,8%	Espanha	2,2%

Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

Em 2000 (tabela 1), a China não se encontra entre as dez principais origens de importações angolanas, se compararmos com os dados de 2011, em que o país passou a ser o segundo maior fornecedor para Angola subindo nove posições.

Percebe-se que durante o período de 2000-2011, as importações de Angola têm como principal fornecedor Portugal, evidenciando os laços ainda existentes e difíceis de romper entre a ex-colônia portuguesa e a potência colonizadora. No entanto, a China vem conquistando espaço nas importações angolanas e, como mostra a tabela 1, ocupa a posição de segunda principal fornecedora, com participação de 16,8% do total das compras do país. Esta é outra tendência apresentada por Angola na sua pauta de comércio exterior: a busca da diversificação de parceiros comerciais na tentativa de se desvincular do passado colonial. Nesse sentido, a China aparece como um parceiro comercial que colabora para a realização das aspirações angolanas.

A tabela 2 apresenta os dados da direção das exportações de Angola em 2000 e 2011.

Tabela 2 - Direção das Exportações de Angola em 2000 e 2011

Direção das Exportações de Angola			
2000		2011	
Países	Porcentagem	Países	Porcentagem
EUA	52,3%	China	42,3%
China	25,6%	EUA	22,6%
Coreia do Sul	9,1%	Índia	10,2%
França	5,3%	Canadá	4,2%
Espanha	2,7%	Itália	3,5%
Alemanha	1,4%	França	3,1%
Portugal	0,8%	Portugal	2,8%
Holanda	0,6%	África do Sul	2,7%
Brasil	0,5%	Alemanha	2,0%
Canadá	0,4%	Holanda	1,5%

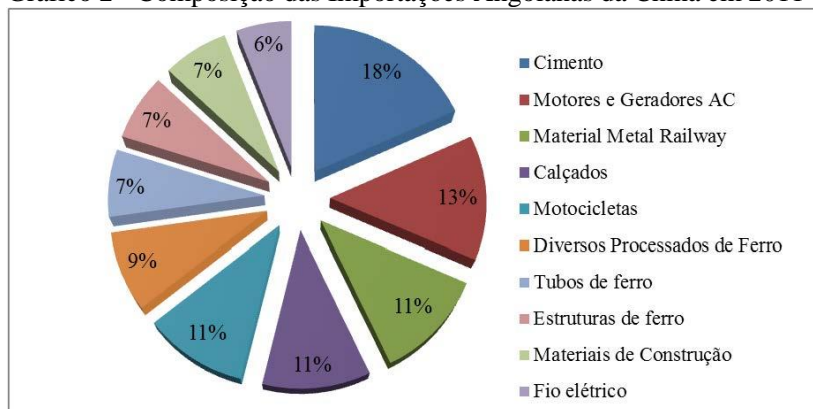
Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

Na direção das exportações angolanas, a China, em 2000, ocupava o segundo lugar e, em 2011, já havia ultrapassado os EUA liderando essa classificação. As exportações angolanas em 2011 são pulverizadas em vários mercados, mas a China foi o principal destino das vendas angolanas, com 42,3% do total. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África, produzindo mais de 1,9 milhões de

barris por dia. O setor petrolífero é responsável por 47% do PIB total. A predominância deste setor na economia angolana constitui uma das principais motivações chinesas para estreitar as relações comerciais com o país. O setor não petrolífero representa atualmente mais de 50% do PIB, com os setores de construção, agricultura e indústria representando, respectivamente, 10%, 8,1% e 6,4% (AEO, 2012). O governo esforça-se para diversificar a pauta de exportações para evitar a vulnerabilidade diante das flutuações internacionais no preço do petróleo.

O gráfico 2 traz a composição das importações angolanas da China em 2011, que são basicamente de insumos industriais.

Gráfico 2 - Composição das Importações Angolanas da China em 2011



Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

Angola importa da China materiais diversos, dentre os principais encontram-se materiais de construção e equipamentos. O país apresenta uma clara dependência das importações de materiais de construção e afins, pois a reconstrução das infraestruturas destruídas pela guerra de 27 anos, que se iniciou em 2002, ainda estão em andamento. Angola recupera-se gradualmente, mas ainda existem debilidades que impedem o país de superar essa dependência das importações, como, por exemplo, o setor de construção civil reestrutura-se aos poucos, a produção de materiais de construção no país não é suficiente para atender a quantidade de obras em andamento, há falta de mão de obra nacional qualificada para dar continuidade às obras (daí deriva a crescente percentagem de mão de obra estrangeira no país); esses e outros fatores colaboram para o *déficit* corrente não petrolífero (AEO, 2012).

Na tabela 3 são apresentados os dados sobre a composição das exportações de Angola para a China em 2011.

Tabela 3 - Composição das exportações de Angola para a China em 2011

Produtos	US\$ bilhões	% no total
Petróleo bruto	\$21,6	99,95%
Granito	\$0,7	0,03%
Quartzo	\$0,2	0,01%
Madeira	\$0,06	0,00%
Equipamento desportivo	\$0,02	0,00%
Sucata de ferro	\$0,02	0,00%
Óleo de peixe	\$0,02	0,00%
Sucata de alumínio	\$0,01	0,00%
Sucata de cobre	\$0,01	0,00%
Transformadores elétricos	\$0,01	0,00%
Subtotal	22,65	99,9%
Outros Produtos	0,02	0,01%
Total	22,67	100%

Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

A tabela 3 mostra que a composição das exportações de Angola para a China é predominantemente petróleo bruto, com 99,95% do total; a percentagem restante divide-se, principalmente, entre minérios e sucatas. Os dados revelam o grande peso do petróleo nas altas taxas de crescimento econômico que o país vem apresentando desde 2002, à extrema dependência que o país apresenta desse setor e a necessidade de diversificar a pauta de exportações. No entanto, esse crescimento, largamente impulsionado por projetos de capital-intensivo, especificamente, de extração *offshore* de petróleo, criou escassas oportunidades de emprego²⁴. Apesar do surgimento recente do crescimento de subsetores não petrolíferos, designadamente a agricultura, a pesca e a construção, a economia não foi capaz de gerar empregos suficientes (AEO, 2012).

Como o país atingiu um pico no que concerne ao petróleo, os esforços para diversificar a economia, para além do petróleo, são fundamentais para a sustentabilidade orçamental do país em longo

²⁴ AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2012.

prazo. O governo criou fundos de estabilização para obter receitas extraordinárias do petróleo. Um exemplo disso foi à criação do “Fundo estratégico para infraestruturas petrolíferas”, em 2011, para financiar infraestruturas prioritárias (AEO, 2012).

A tabela 4 destaca os dados de alguns componentes do IDH de Angola no período de 1980 a 2012.

Tabela 4 - Índice de desenvolvimento humano de Angola (1980-2012)

Ano/ Indicador	Expectativa de vida ao nascer	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	PIB per Capita (2005 PPP\$)	Valor do IDH
1980	40,2	4,2	n.a ²⁵	n.a	n.a
1985	40,8	4,2	n.a	2,773	n.a
1990	41,2	4,1	n.a	2,478	n.a
1995	42,1	3,8	n.a	1,524	n.a
2000	45,2	4,6	4,4	2,018	0,375
2005	48,6	4,6	4,4	2,880	0,406
2010	50,7	10,2	4,7	4,658	0,502
2011	51,1	10,2	4,7	4,640	0,504
2012	51,5	10,2	4,7	4,812	0,508

Fonte: PNUD, 2013; Human Development Report, 2013. Elaboração da autora.

Percebe-se que há um aumento da expectativa de vida, dos anos de escolaridade, do PIB Per capita e consequentemente no valor do IDH. Desde o fim da guerra civil em 2002, Angola tem mantido a paz e a segurança, a reconstrução é sustentada pelo *boom* nos preços do petróleo, e o país está emergindo como uma potência regional (AEO, 2012). O governo está tentando trazer a paz para um país cansado da guerra, utilizando as receitas do petróleo para a reabilitação das principais infraestruturas econômicas e sociais destruídas durante a guerra e promovendo um adequado diálogo político com a oposição para evitar um novo conflito (AEO, 2012). As principais dinâmicas que podem levar à instabilidade em Angola residem na real capacidade do governo para enfrentar a pobreza galopante ainda experimentada pela maioria dos angolanos, especialmente nas cidades, agravada por um fosso crescente entre ricos e pobres (AEO, 2012).

Apesar dos progressos substanciais registrados na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios no

²⁵n.a: informação não disponível.

que se refere à redução da pobreza, ao desemprego e ao aumento do desenvolvimento humano. Angola ocupa o 148º lugar entre 182 países no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2014). O governo emprega mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais²⁶. Em 2012, a despesa social orçamental aumentou de 1,6%, para 33,3%, o dobro do que será gasto em segurança, defesa e ordem pública. Os orçamentos da educação e da saúde também aumentaram para 10%²⁷. Após 30 anos de negligência durante a guerra civil, a educação tem visto o investimento público aumentando com a ampliação do ensino técnico e profissional visando resolver a massiva escassez de competências, evidenciando um forte compromisso com o investimento em infraestruturas que, em grande parte, é financiado pela China (AEO, 2012).

No entanto, existem graves carências de recursos humanos e corrupção generalizada, que resultam num acesso reduzido e serviços de má qualidade à população. Apenas 30% da população têm acesso aos serviços de saúde (PNUD, 2014). Dados recentes mostram um bom progresso nos últimos 10 anos em diversas áreas, um exemplo disso é a expectativa de vida, que se elevou de 45 anos em 2000 para 52 anos em 2012.

A sociedade angolana possui um nível de desigualdade social elevado, com um coeficiente de Gini de 58,6 em 2009 (PNUD, 2014). O crescimento econômico está principalmente concentrado em Luanda, que produz cerca de 75% do PIB e tem um terço da população²⁸. O governo está construindo habitações sociais em Luanda para resolver a terrível situação da habitação e realojar famílias que vivem em áreas de alto risco (1 milhão de pessoas vivem nessas áreas) (AEO, 2012). O levantamento socioeconômico de 2009 indica que 36,6% da população vivem abaixo da linha de pobreza (PNUD, 2014). Esse número sobe para 58,3% na população rural, em comparação com 18,7% em áreas urbanas. Outras disparidades entre as populações urbanas e rurais incluem: (i) acesso à energia elétrica (66,3% contra 8,6%); (ii) acesso regular ao abastecimento de água (59,7% contra 22,8%); e (iii) saneamento básico (84,6% contra 31,1%) (PNUD, 2014).

Angola melhorou as suas ferramentas de gestão financeira, e tem vários programas em andamento para aumentar a transparência e o controle sobre as despesas. Foram introduzidos planos financeiros

²⁶ ANGOLAN MINISTRY OF FINANCE, 2012.

²⁷ ANGOLAN MINISTRY OF FINANCE, 2012.

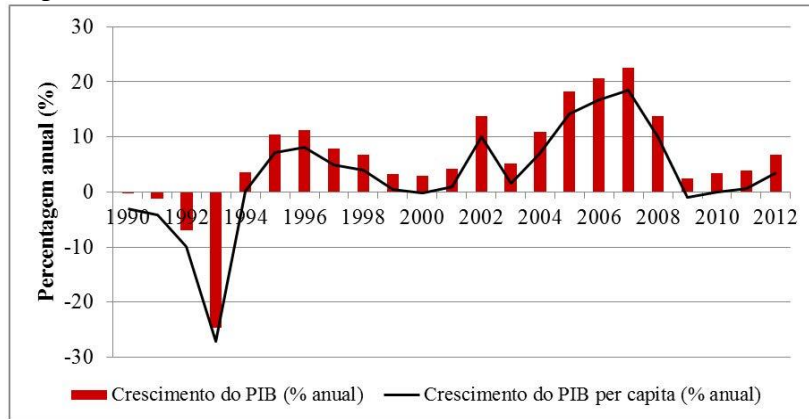
²⁸ AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2013.

trimestrais para os gastos dos ministérios e para garantir que apenas projetos orçamentados e aprovados serão implementados (AEO, 2012).

No que diz respeito à participação chinesa nesse processo de reconstrução e reabilitação das infraestruturas de Angola, em 2007 foram firmados acordos de crédito com a China no valor de 4,5 bilhões destinados ao setor público angolano para efetivar essas melhorias. Além disso, os investimentos chineses no setor petrolífero têm contribuído para a instalação de empresas chinesas em Angola e para a atração de investimento externo. Outra contribuição chinesa corresponde ao intercâmbio educacional e técnico, através de bolsas de estudos, cursos profissionalizantes e treinamentos técnicos, principalmente, no setor petrolífero e agrícola. As importações angolanas da China no setor de construção civil e os empréstimos relacionados a este setor contribuem muito para a reestruturação pela qual o país africano empenha-se desde 2002.

No gráfico 3, são apresentadas as percentagens do crescimento do PIB e do PIB per capita de Angola para o período de 1990 a 2012.

Gráfico 3 - Crescimento do PIB e Crescimento do PIB Per capita de Angola



Fonte: Banco Mundial, 2014. Elaboração da autora.

Na sequência dos choques provocados pela desaceleração econômica mundial e pela forte queda do preço do petróleo, que provocou desequilíbrios orçamentais e na balança de pagamentos, o país se recupera gradualmente. O crescimento do PIB registrou um ligeiro

aumento de 2,4% em 2009 para 6,8% em 2012²⁹, impulsionado, principalmente, pelos preços do petróleo e pelo forte crescimento do setor não petrolífero de 7,7% (AEO, 2012). Registra-se também um aumento na renda, embora as pressões inflacionárias tenham se mantido elevadas em torno de 13,5% em 2011, principalmente em resultado do forte crescimento da procura interna, entretanto, elas caíram para 9,4% em 2013 (AEO, 2012).

Desde 2011, Angola empenha-se para alcançar os seus principais objetivos de política macroeconômica, quais sejam, o de reduzir a inflação, reforçar as reservas internacionais e aumentar os gastos em infraestruturas, visando promover a diversificação econômica e a redução da pobreza (AEO, 2012).

Angola continua implementando o programa *Stand-By Arrangement* (SBA) do FMI (1,4 milhões de dólares em liquidez), que se constitui em uma rígida disciplina orçamental e monetária, além de reformas para melhorar o sistema da taxa de câmbio, a gestão financeira pública, a manutenção de um sistema bancário sólido e a transparência orçamental (AEO, 2012). O governo angolano prossegue com uma política orçamental rigorosa para controlar a despesa pública e proteger a economia contra os choques externos. Essas políticas, apoiadas pelo preço do petróleo, permitiram ao país alcançar um excedente orçamental de 7,3% do PIB em 2011, assegurando um aumento dos gastos correntes, especialmente em serviços sociais, educação e saúde (AEO, 2012). O orçamento de 2011 acomoda um Programa de Reconstrução Nacional, com as despesas de capital atingindo 10% do PIB. Também aumentaram as despesas com serviços sociais para 31,5% do PIB (AEO, 2012).

A rígida política monetária seguida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) em 2011 foi apoiada pelos altos preços do petróleo que forneceram entradas crescentes de divisas (AEO, 2012). O país teve um bom desempenho nos três principais objetivos programáticos para o ano: aumentar as reservas internacionais brutas pelo menos em 1,7 milhões de dólares; ajustar gradualmente o valor do Kwanza (moeda nacional) com os fundamentos do mercado; e baixar a inflação (AEO, 2012). Houve uma progressiva dolarização da economia, reduzindo o risco cambial; entretanto, o novo quadro de moeda estrangeira para o setor

²⁹ O crescimento do PIB de 6,8% em 2012 foi impulsionado principalmente pelo início do projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL), orçado em 9 milhões de dólares, que permitiu o aumento da produção de petróleo para mais de 2 milhões de bpd. (AEO, 2012)

petrolífero obriga as empresas petrolíferas que operam no país a fazerem pagamentos em moeda local, utilizando os bancos com sede em Angola (AEO, 2012).

O crescimento econômico e a sustentabilidade orçamental ainda são altamente dependentes das receitas petrolíferas. No entanto, o setor petrolífero é de capital intensivo, não tem ligações com a economia real e emprega menos de 1% da força de trabalho total (AEO, 2012). Esse fato restringe a diversificação econômica e impede a tão necessária criação de emprego. A taxa de desemprego está estimada em cerca de 26%, e a incidência da pobreza permanece elevada, em 36,6% (PNUD, 2014). Os dados do Banco Mundial sobre desemprego total em Angola indicam que, no período de 1990-2011, a taxa de desemprego permaneceu constante em torno de 7,6%, não oscilando mais que 0,2% (BANCO MUNDIAL, 2012). Essa disparidade nos dados entre o Banco Mundial e o PNUD deve-se ao fato de que o país não havia realizado um censo nos últimos 40 anos, somente em 2013 um novo recenseamento foi realizado, mas os dados sobre o emprego e o desemprego ainda são praticamente inexistentes ou imprecisos, especialmente tendo em conta o peso da economia informal.

O desemprego manteve-se elevado, com uma média estimada de 26% desde 2007 (PNUD, 2014). Atualmente, muitos empregos estão na economia informal, sem qualquer regulamentação ou benefícios. Uma lei ambiciosa para apoiar os empresários, entrou em vigor em 2012 e espera-se que incentive a criação de novas empresas e reduza o desemprego para cerca de 20%. Como resultado da crescente inadequação das competências ao mercado de trabalho, a maioria dos trabalhadores qualificados em Angola são estrangeiros (AEO, 2012). Há quotas para o emprego de cidadãos angolanos, com algumas exceções de aplicação em setores como construção, que tem uma grande parte de trabalho não qualificado chinês. Os contratos de trabalho tendem a ser de curto prazo e a maioria das empresas enfrentam dificuldades no cumprimento de contratos (AEO, 2012).

Segundo o relatório do African Economic Outlook (2012), o governo colocou em prática políticas públicas para estimular o emprego – inaugurando centros de formação profissional com auxílio financeiro e técnico chinês, muitos em áreas rurais, em ligação com o setor privado para programas de formação e estágio – e pôs em prática a lei da Estratégia do Primeiro Emprego.

Entre 2009 e 2011, segundo o relatório do African Economic Outlook (2012), cerca de 600 mil empregos foram criados, principalmente na agricultura (191.074), no comércio (121.037), na

construção (90.337) e nos serviços públicos (92.218). Os esforços para diversificar a economia também evidenciaram uma grave falta de trabalhadores qualificados, pois muitos laboram na agricultura ou na economia informal. Além disso, a população do país está crescendo rapidamente, com 19 milhões de habitantes (PNUD, 2014), e cerca de 47,7% da população têm 14 anos ou menos, ou seja, quase metade da população é de jovens.

O país continua com a reabilitação de infraestruturas, embora o principal foco estratégico tenha mudado dos transportes para o setor da energia (AEO, 2012). Angola tem um potencial hidroelétrico estimado de 18.000 megawatts (MW), mas estima-se que apenas 36,3% da população tem acesso à energia elétrica (PNUD, 2014). O governo está investindo cerca de 16 milhões de dólares no setor energético para aumentar a procura de energia do país para 12% ao ano, e, para tanto, foram construídas 10 centrais termoelétricas para atender a essa procura crescente (AEO, 2012). Como será discutido na seção seguinte, dentre os principais projetos com financiamento oficial chinês encontram-se os empréstimos para a reconstrução de infraestruturas como as citadas acima.

4.4.1 Projetos financiados pela China em Angola de 2000 a 2013

Segundo os dados do Ministério de Finanças de Angola³⁰ (2007, p. 1), “[...] para o financiamento de projetos do Programa de Investimento Público, o governo assinou com o Eximbank³¹ da China três Acordos de Crédito, um em 2004 e dois em 2007, nos valores de 2 bilhões de US\$, 500 milhões e 2 bilhões respectivamente”. A maior parte da assistência financeirachinesa em Angola é reservada para o setor público, projetos de investimento em infraestrutura, telecomunicações e agronegócios no âmbito do Programa de Reconstrução Nacional do Governo angolano.

O gráfico 4 mostra o total de projetos e seus respectivos *status* no período de 2000 a 2013: foram contabilizados 60 projetos no total, com financiamento oficial e não oficial chinês em Angola. Dos 60 projetos, 24 já foram concluídos, 15 estão sendo implementados, 10 constituem compromissos entre os governos e 11 ainda são promessas (vide gráfico 4). Desses 60 projetos, 25 são contribuições financeiras brutas (vide

³⁰ ANGOLAN MINISTRY OF FINANCE, 2012.

³¹ Trata-se da única agência autorizada a conceder, em nome do governo chinês, empréstimos bilaterais em condições preferenciais.

ANEXO B), o restante está relacionado à cooperação técnica, principalmente em educação e na área agrícola como bolsas de estudos, cursos e treinamentos técnicos. Entre os 25 projetos que correspondem às contribuições financeiras brutas, os maiores valores se encontram na aquisição de percentagens de blocos das empresas petrolíferas de Angola e empréstimos para a reconstrução de infraestruturas e para o setor agrícola.

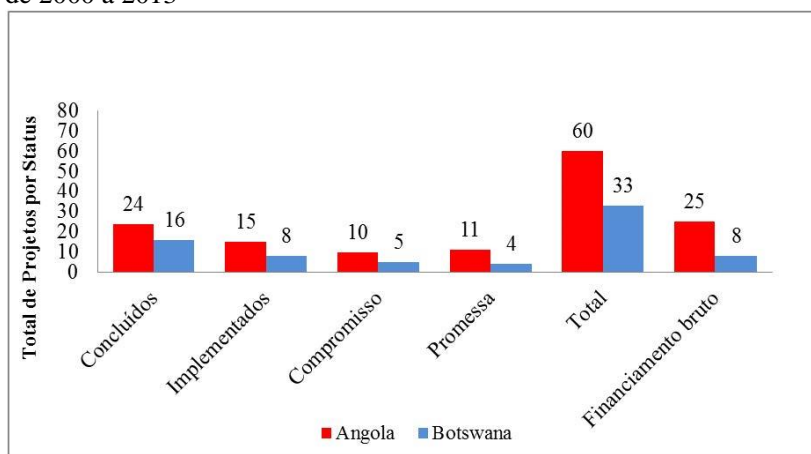
Nos principais projetos com financiamento oficial chinês (vide ANEXO C), percebe-se que os pacotes de ajuda e os empréstimos para a reconstrução de infraestruturas são os módulos mais recorrentes nas negociações entre o governo chinês e o angolano. Os setores de transporte, energia e abastecimento agregam um total de 10 projetos e 334 milhões de dólares (vide ANEXO D).

No que diz respeito aos principais projetos com financiamento não oficial chinês, pode-se observar que os maiores valores correspondem à construção de refinarias de petróleo e aquisições parciais no setor petrolífero angolano. Os setores que mais se destacam são o de transporte, infraestruturas, serviços sociais, energia, abastecimento e comunicação, com um total de 19 projetos e 1,1 bilhões de dólares (vide ANEXO D).

4.5 PROJETOS COM FINANCIAMENTO CHINÊS EM ANGOLA E EM BOTSWANA DE 2000 A 2013

A China obteve com a cooperação sino-africana um aumento da sua área de influência, uma fonte de suprimento energético e de minérios, um mercado consumidor para seus produtos e o apoio de 50 países do continente em foros multilaterais. A África obteve com a cooperação sino-africana benefícios com os investimentos em infraestrutura, com o perdão de dívidas e com os empréstimos sem condicionalidades, transferência de tecnologia e *know-how* e linhas de crédito chinesas. Esse pacote chinês tem fortalecido estruturas importantes dos países africanos e vem promovendo o desenvolvimento desses de modo gradativo e com eficiência, respondendo satisfatoriamente aos anseios africanos de modernidade, dignidade e de condicionar o ambiente doméstico para, depois, promover-se de forma mais estável e autônoma no sistema internacional. As práticas chinesas com a cooperação têm como objetivo a promoção do comércio e do desenvolvimento industrial africano. É nesse contexto que ocorre o estreitamento das relações entre a China e os países do continente africano.

Gráfico 4 - Projetos com Financiamento Chinês em Angola e Botswana de 2000 a 2013



Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

Observa-se no gráfico acima que há mais projetos em Angola (60) do que em Botswana (33) e essa diferença numérica na quantidade de projetos financiados pela China, deve-se principalmente a questão petrolífera e ao interesse energético chinês. No entanto, o fato de Botswana não possuir petróleo não impede que a China mantenha relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com este país, pelo contrário, estabelecer e estreitar relações com países desprovidos de recursos energéticos é uma forma de demonstrar que o interesse chinês ao se aproximar da África não limita-se apenas a obtenção de fontes petrolíferas para suprir a sua necessidade energética, inclui também tornar-se um parceiro que estimula o desenvolvimento africano. Percebe-se também que 1/3 dos projetos tem o status de concluído e que os projetos com financiamento bruto correspondem a menos da metade do total (vide ANEXO A). A cooperação sino-africana não baseia-se apenas na modalidade financeira, ela também ocorre na forma de cooperação técnica através de bolsas de estudos, cursos profissionalizantes, treinamentos técnicos em áreas agrícolas e mineiras, e criação de centros culturais. Há também cooperação na área de infraestrutura, essa ocorre através de empréstimos para este setor, compra de materiais de construção, estabelecimento de empresas chinesas do setor da construção civil nos países africanos, formação de mão de obra africana especializada, financiamentos de projetos do

governo para a reestruturação e construção de infraestruturas, como escolas, hospitais e estradas.

4.6 BOTSWANA

Para restabelecer a ordem em Botswana e para deter a invasão vizinha e a expansão alemã do sul da África Ocidental, o governo britânico declarou, em 1885, que o território ao sul de Botswana era colônia e ao norte era protetorado britânico. A Grã-Bretanha implantou diversos sistemas para administrar suas dependências africanas, tornando difícil a generalização (CHANAIWA, 2010).

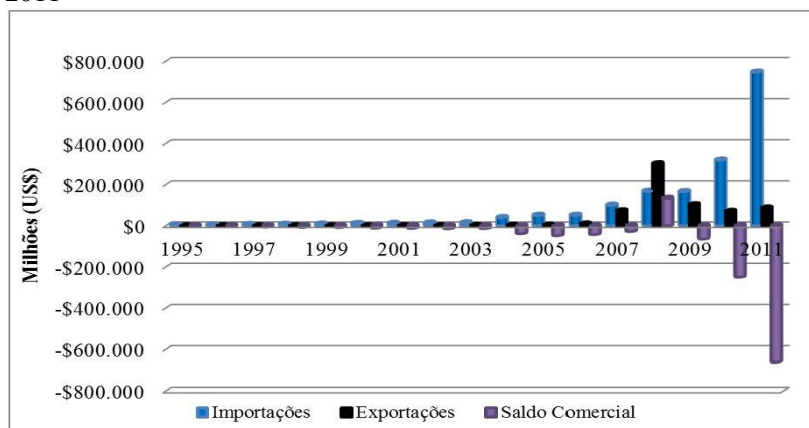
Em 1964, o Reino Unido aceitou propostas para um autogoverno democrático em Botswana, a sede do governo foi transferida para o Gaborone, e a constituição 1965 conduziu as primeiras eleições gerais e a independência em 1966 (CHANAIWA, 2010). O país era um paraíso para os refugiados, e os ativistas antiapartheid da África do Sul na década de 1970 e 1980 (CIA, 2012). Buscavam fugir do regime e encontrar um local próximo, com condições um pouco melhores de sobrevivência, e que não tivesse a ameaça do apartheid. Entretanto, devido à sua dependência econômica³² em relação ao vizinho, e por causa do poderio militar da África do Sul, Botswana não pôde reagir a essa onda de refugiados e ativistas antiapartheid da África do Sul.

Botswana possui uma forte dependência em uma única exportação de luxo (diamantes), mas também apresenta uma disciplina fiscal e boa gestão. Após mais de quatro décadas de liderança ininterrupta civil, as políticas sociais progressistas, com investimento de capital significativo, criaram uma das economias mais estáveis da África. A extração mineral, principalmente de diamantes, domina a atividade econômica, mas o turismo é um setor em crescimento devido às práticas de conservação do país e às extensas reservas naturais. A prevalência de HIV/AIDS no país é uma das preocupações e um dos desafios que Botswana tem enfrentado ao longo dos anos. Outros problemas advêm das secas periódicas, da desertificação, dos limitados recursos de água doce e do afluxo de imigrantes ilegais do Zimbábue (CIA, 2012).

³² Em 1980 Botswana participa como membro fundador da Conferência Sul Africana de Desenvolvimento e Coordenação (SADCC), agrupamento que visa reduzir a dependência econômica da região da África do Sul. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13041658>>.

Na sequência serão apresentadas a exploração e a análise dos dados estatísticos de Botswana referentes ao comércio exterior com a China, alguns elementos do IDH de Botswana e os projetos financiados pela China em Botswana.

Gráfico 5 - Relação Comercial de Botswana com a China de 1995 a 2011



Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

No gráfico 5, observa-se que o comércio exterior entre Botswana e China começou a elevar-se a partir de 2004, iniciando uma tendência em que as importações superam as exportações, caracterizando os *déficits* no saldo da balança comercial. Entretanto, de 2008 a 2009, como reflexo da crise econômica mundial, essa tendência se inverte, e as exportações superam as importações, caracterizando um *superávit* no saldo da balança comercial. A partir de 2009, a tendência que se iniciou em 2004 retorna seu curso de forma mais acentuada, ou seja, Botswana importa muito da China e exporta pouco para a China, por isso o saldo da balança comercial tende a ser deficitário. Se compararmos o ano de 1995 e 2011, o intercâmbio comercial passou de 4 milhões de dólares para 833 milhões de dólares; assim, houve um aumento considerável desse intercâmbio comercial no período analisado, mas não tão significativo se observarmos os resultados da relação China-Angola. A relação comercial entre Botswana e China envolve um fator muito importante além dos citados na análise do Gráfico 1, que se refere ao fato de Botswana não possuir recursos energéticos (fósseis),

especificamente, o petróleo. A China necessita suprir a sua imensa demanda energética e, portanto, as suas relações comerciais com os países que possuem recursos energéticos são privilegiadas. Ainda que seja em menor proporção, a relação com Botswana demonstra que a China mantém relações comerciais com países desprovidos de petróleo, visando incentivar o estreitamento das relações e o desenvolvimento em longo prazo. As relações diplomáticas entre Botswana e China se iniciaram em 1975 e, gradualmente, estabeleceram-se as relações comerciais. Quatro anos após a criação do Focac, essa relação comercial começou a se desenvolver e esse processo ainda está em curso. A cooperação sino-africana é algo recente, portanto, a China está tentando encontrar meios para estreitar as relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com os países desprovidos de recursos energéticos.

Tabela 5 - Origem das Importações de Botswana em 2000 e 2011¹

Origem das Importações de Botswana			
2000		2011	
Países	Porcentagem	Países	Porcentagem
Zimbábue	15,9%	China	41,4%
EUA	11,0%	Reino Unido	22,1%
Reino Unido	10,5%	Israel	6,2%
Suécia	8,1%	EUA	4,2%
Portugal	6,1%	Bélgica	4,0%
Canadá	5,1%	Índia	3,5%
Áustria	4,8%	Japão	3,0%
França	4,6%	Zimbábue	2,3%
Alemanha	4,1%	Namíbia	2,1%
China	4,0%	Alemanha	1,9%

Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

A China encontra-se entre os dez principais fornecedores de Botswana em 2000 (10º lugar) e em 2011 ela ultrapassa o Reino Unido e passa a liderar esse ranking. Na tabela 5, observa-se que as importações de Botswana têm origem relativamente diversificada, tendo como principal fornecedor a China, com 41,4% do total importado pelo país. Essa é a tendência que a relação comercial entre Botswana e China apresenta, qual seja, um grande fluxo de importações botswanesas da China e um nível baixo de exportações de Botswana para a China. Observa-se que, em segundo lugar, encontra-se o Reino Unido, com a participação de 22,1%, evidenciando, assim como no caso de Angola,

que os vínculos coloniais são difíceis de romper, mas esses dois países africanos estão se esforçando na busca da diversificação de parcerias comerciais. Em onze anos, a China passou a ser o principal fornecedor para Botswana. Ao conquistar melhores posições no âmbito comercial, com países desprovidos de recursos energéticos, a China deixa explícito o seu esforço em manter e desenvolver as relações comerciais com países como Botswana.

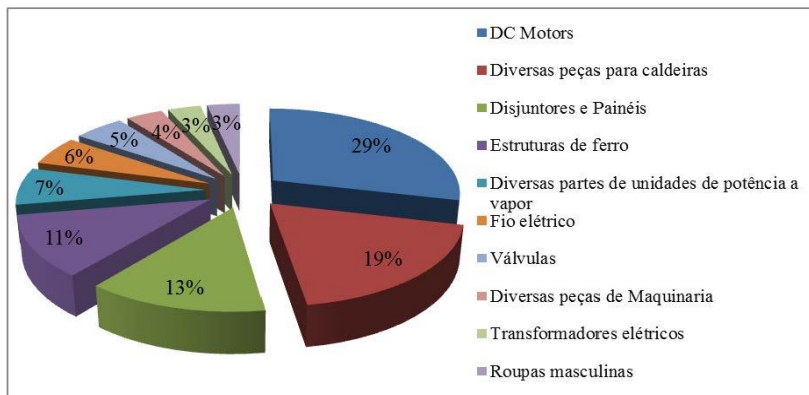
Tabela 6 - Direção das Exportações de Botswana em 2000 e 2011

Direção das Exportações de Botswana			
2000		2011	
Países	Porcentagem	Países	Porcentagem
Reino Unido	69,9%	Reino Unido	75,1%
Noruega	14,1%	Noruega	6,1%
Estados Unidos	6,3%	Bélgica	3,6%
Alemanha	2,5%	Zimbábue	3,5%
Portugal	2,2%	EUA	3,4%
Zâmbia	0,9%	África do Sul	1,6%
Itália	0,7%	China	1,4%
Grécia	0,6%	Tailândia	1,2%
Bélgica	0,5%	Índia	1,1%
França	0,5%	Zâmbia	1,1%
China	0,1%	Namíbia	0,6%

Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

Em 2000, a China não aparece entre as dez principais direções das exportações de Botswana. Enquanto que em 2011, o país ocupa o sétimo lugar nesse ranking. Na tabela 6, percebe-se que a direção das exportações de Botswana é concentrada, tendo como principal destino o Reino Unido, e aqui com maior ênfase do que nas importações, a relação comercial entre Botswana e Reino Unido ainda é muito forte, com a participação de 75,1%. Os dados mostram que a China ocupa a sétima posição no destino das exportações de Botswana com 1,4%, comprovando a tendência deficitária do saldo da balança comercial entre Botswana e China no período estudado. Essa relação entre China e Botswana ainda está em fase de desenvolvimento, mas a China tende a ocupar com o tempo uma posição mais elevada na direção das exportações de Botswana, pois o país asiático quer manter o comércio com países sem petróleo, estimulando suas economias e contando com o apoio desses países nos foros internacionais.

Gráfico 6 - Composição das Importações Botswanaesas da China em 2011



Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

O gráfico 6 mostra que Botswana importa da China principalmente equipamentos e peças de automóveis e de maquinaria, caracterizando a predominância de importações de insumos industriais na tentativa de aumentar a capacidade produtiva do país. São produtos necessários à economia de Botswana, para o consumo e para a inserção desses no setor produtivo, visando à ampliação da capacidade econômica local.

Dentre os setores mais desenvolvidos do país estão à mineração (diamantes, níquel, cobre, carbonato de sódio e ouro), seguida de veículos, têxteis, carne e turismo, com o setor de diamantes tendo o papel de destaque (AEO, 2012). Com relação às outras matérias-primas e serviços, há uma margem significativa para Botswana melhorar o seu posicionamento dentro de outros setores além do mineral, tendo em vista as reformas em curso para enfrentar os desafios existentes. As estratégias elaboradas pelo governo são articuladas para melhorar a competitividade e estimular o crescimento, através da diversificação econômica, da mudança na pauta de exportação e do desenvolvimento do setor privado.

Tabela 7 - Composição das Exportações de Botswana para a China em 2011

Produtos	US\$ milhões	% no total
Diamantes	\$88	62,8%
Cobre	\$52	36,9%
Diamantes industriais	\$21,6	0,16%
Diversos e refratários minerais	\$12	0,01%
Pedras	\$9	0,01%
Têxtil, tecidos, roupas e acessórios	\$2	0,00%
Móveis diversos	\$1	0,00%
Peças mecânicas	\$0,6	0,00%
Sucata de cobre	\$0,3	0,00%
Transformadores elétricos	\$0,1	0,00%
Subtotal	186,6	99,08%
Outros Produtos	1,73	0,9%
Total	188,33	100%

Fonte: UN Comtrade, 2014; Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Elaboração da autora.

A tabela 7 destaca que a composição das exportações da Botswana para a China é predominantemente de diamantes, com 62,8% do total, seguida de outros minérios. Os dados revelam que Botswana é muito dependente do setor de mineração, principalmente no que diz respeito aos diamantes, tornando-se extremamente vulnerável às flutuações internacionais nos preços do diamante que afetam diretamente a demanda mundial. Isso sublinha a necessidade de Botswana diversificar seus parceiros comerciais tradicionais a fim de mitigar o risco de exposição a choques internacionais de um mercado tão limitado.

Apesar de importante em termos de criação de emprego, os setores têxtil e de veículos têm perspectivas fracas para crescimento em longo prazo por causa do baixo valor agregado doméstico, alto conteúdo de insumos importados e baixa competitividade nacional e internacional (AEO, 2012). As exportações de carne bovina são, em grande parte, destinadas à Europa, enquanto o turismo internacional consolida-se como um importante e crescente contributo para a produção nacional, emprego e divisas, no entanto, é principalmente baseado no deserto e não contabilizado adequadamente nas contas nacionais. As minas têm sido o pilar da economia desde 1970. Em 2012, representavam 19,6% do PIB, 30% das receitas do governo e mais de 84,7% das receitas em

divisas (AEO, 2012). O governo tem efetivamente utilizado as receitas de mineração para financiar infraestruturas do país (AEO, 2012).

A mineração, o turismo e a carne são responsáveis diretamente por aproximadamente 17,2% do emprego formal (AEO, 2012). O impacto indireto sobre o emprego e os meios de vida é ainda maior porque algumas dessas atividades, especialmente a mineração, ancorou o desenvolvimento de fontes de subsistência mais do que a atividade principal (AEO, 2012).

A tabela 8 destaca os dados de alguns componentes do IDH para Botswana no período de 1980 a 2012.

Tabela 8 - Índice de desenvolvimento humano de Botswana (1980-2012)

Ano/ Indicador	Expectativa de vida ao nascer	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	PIB per Capita (2005 PPP\$)	Valor do IDH
1980	60,6	7,4	2,3	3,288	0,449
1985	63	8,6	3,8	4,255	0,523
1990	64,2	9	5,4	6,757	0,586
1995	59,3	10,6	6,6	7,338	0,603
2000	50,9	11,7	7,5	8,939	0,587
2005	50,6	12,1	8,2	10,600	0,604
2010	53,3	11,8	8,9	12,290	0,633
2011	53,2	11,8	8,9	12,770	0,634
2012	53	11,8	8,9	13,102	0,634

Fonte: PNUD, 2013; Human Development Report, 2013. Elaboração da autora.

Pode-se verificar que a expectativa de vida volta a aumentar a partir de 2005, enquanto que a expectativa de anos de escolaridade a partir de 2005 sofre uma sutil redução e passa a permanecer constante. Ocorre uma elevação no PIB Per capita a partir de 2005, assim como no valor do IDH. Apesar de seu *status* de país de renda média, Botswana tem de lidar com os desafios que emanam de sua estrutura econômica restrita e o excesso de dependência do setor de mineração, em particular dos diamantes (AEO, 2012). O governo possui uma reputação de gestão prudente das receitas de mineração e também de um registro de boa governança e democracia estável.

Em relação às questões sociais, a distribuição de recursos e o nível de desenvolvimento continuam sendo grandes preocupações. Com um coeficiente de Gini de 0,61 (PNUD, 2014), Botswana retrata uma distribuição relativamente desigual da riqueza. A incidência da pobreza

também é alta, com 18,4% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (PNUD, 2014). Outro desafio diz respeito à alta taxa de desemprego. Em 2000 a taxa de desemprego chegou a 24,5%, e desde então ela vem apresentando uma redução gradual, chegando a 17,7% em 2012; entretanto, essa percentagem ainda é elevada.

Assim como o desemprego, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também é preocupante em Botswana, pois a classificação e a pontuação são baixas, devido, principalmente, à alta prevalência de HIV/AIDS de 23,4% que reduz expectativa de vida (PNUD, 2014). Botswana apresentava uma expectativa de vida ao nascer de 63 anos em 1990, desde então, esse índice diminuiu gradativamente até 2007, chegando a 46 anos, e se manteve estável até 2009, quando começou a se elevar, fazendo com que a expectativa de vida ao nascer fosse de 53 anos em 2013.

Botswana é conhecida por ter uma democracia madura e um cenário político estável. O país tem feito avanços notáveis no desenvolvimento social e humano, como evidenciado pelo progresso significativo no sentido de atingir as metas de educação e saúde contidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). No que diz respeito à educação, houve progressos no sentido de alcançar o nível de educação primária universal. Cerca de 90% da população em idade escolar (7-13 anos) frequentaram a escola em 2011 (PNUD, 2014). Notavelmente, entre 1996 e 2010, a taxa de alfabetização total aumentou de 34% para 84%, e a paridade de gênero no ensino primário e secundário foi praticamente alcançada (PNUD, 2014). No que diz respeito ao acesso ao sistema de saúde pública, o país tem uma extensa rede de instalações de saúde, a maior parte com contribuições e empréstimos chineses, que compreende hospitais, clínicas, postos de saúde e paradas móveis (PNUD, 2014).

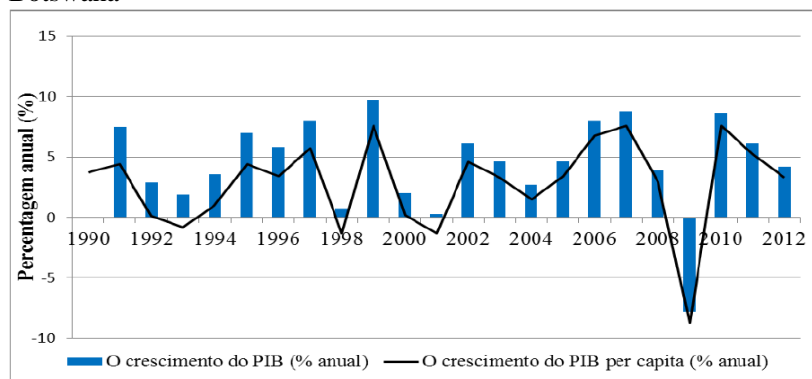
Botswana tem feito progressos notáveis na erradicação da pobreza. A proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza caiu de 30,6% em 2002/03 para 19,3% em 2009/10 (PNUD, 2014). A queda foi ainda mais significativa no nível de pobreza extrema, que, no mesmo período, caiu de 23,4% para 6,5% (PNUD, 2014). Apesar da queda na pobreza, a desigualdade (com um coeficiente de Gini de 0,61) ainda é um problema sério. Além disso, a pobreza tem uma forte dimensão rural, com 8,4% da população rural vivendo em situação de pobreza extrema, em comparação a 2,7% em áreas urbanas (PNUD, 2014). Isso reflete as disparidades e sublinha a necessidade de assegurar um desenvolvimento mais inclusivo.

O país sofre com a alta taxa de desemprego persistente de 17,8%—chegando a 34% entre os jovens (20-24 anos de idade) – que reflete, principalmente, uma incompatibilidade entre a qualidade de educação e demanda do mercado de trabalho (AEO, 2012).

O país ainda enfrenta secas frequentes a cada dois anos e catástrofes naturais. O deserto de Kalahari ocupa 77% do território de Botswana, por isso o país possui fontes limitadas de água doce, além disso, as chuvas não são frequentes, ressaltando, assim, a necessidade de melhorar o abastecimento de água e de uma utilização mais eficiente particularmente focada em conservação (AEO, 2012). O país também enfrenta outros desafios, tais como a degradação do solo e poluição, notavelmente, o governo colocou em prática um quadro de política ambiental nacional, que abrange todos os setores relevantes. Além disso, a conservação e a gestão sustentável dos recursos naturais são totalmente integradas no processo de planejamento do desenvolvimento (AEO, 2012).

A participação chinesa nos progressos significativos apresentados por Botswana nas questões de educação, saúde e construção de infraestruturas, materializa-se na forma de empréstimos para a construção de infraestruturas (escolas, hospitais, estradas) doações para o setor da saúde e cooperação técnica na educação. A sessão seguinte comporta as informações da análise de dados dos projetos financiados pela China em Botswana, em que será possível observar de forma mais clara a participação chinesa nos resultados que Botswana apresentou na sessão anterior.

Gráfico 7 - Crescimento do PIB e Crescimento do PIB Per capita de Botswana



Fonte: Banco Mundial, 2014. Elaboração da autora.

O gráfico 7 traz em percentagem o crescimento do PIB e PIB per capita de Botswana no período de 1990 a 2012. O crescimento do PIB, durante a crise econômica mundial 2008, apresentou, entre 2008 (3,9%) e 2009 (-7,8), uma brusca queda, seguida de um súbito aumento em 2010 para 8,6%. Desde então, o crescimento do PIB sofre uma desaceleração gradual, apesar disso, esse crescimento tem sido impulsionado, principalmente, pelo aumento do investimento público de 8,1% para 12,8%, refletindo a implementação de grandes projetos do governo em infraestruturas (AEO, 2012). Também se percebe que, a partir de 2010, houve uma redução gradual na renda até 2012. No entanto, ainda se faz necessário um aumento nos investimentos para os dois graves problemas de serviço público (acesso à água e à energia elétrica) que o país enfrenta.

O desempenho econômico de Botswana, que continua a recuperação iniciada após a crise econômica mundial de 2008, tem sido impulsionado principalmente pelo comércio, pelos transportes, pela comunicação e pelos serviços públicos e financeiros, que sugerem que o país está tentando diversificar a economia (AEO, 2012). Além disso, a mineração, predominante setor do país, registrou uma recuperação, apesar do impacto das fracas perspectivas globais, devido à escassez de água, de problemas na distribuição de energia elétrica e da seca severa. Perspectivas de curto prazo são robustas, pois o crescimento econômico manteve-se em torno de 5% ao ano, principalmente na fabricação de jusante (mais próxima à fonte original de suprimento), devido ao recente deslocamento da De Beers³³ de Londres para Gaborone (AEO, 2012).

4.6.1 Projetos financiados pela China em Botswana de 2000 a 2013

De 2000 a 2013, foram contabilizados 33 projetos no total, com financiamento oficial e não oficial chinês em Botswana, como indica o gráfico 4. Dos 33 projetos, 16 já foram concluídos, oito estão sendo implementados, cinco constituem compromissos entre os governos e quatro ainda são promessas. Desses 33 projetos, oito são contribuições financeiras brutas (vide ANEXO E), o restante está relacionado a

³³ De Beers é um conglomerado de empresas envolvido na mineração e no comércio de diamantes. De Beers está ativa em todas as categorias da indústria de mineração de diamantes: a céu aberto, no subsolo em larga escala de aluvião, em mar profundo ou em costeira. Suas minerações estão localizadas em Botswana, Namíbia, África do Sul e Canadá.

doações para hospitais, concessões de crédito preferencial, equipamentos eletrônicos, construções de estradas e bolsas de estudo. Entre os oito projetos que correspondem às contribuições financeiras brutas, os maiores valores se encontram na construção de estradas e empréstimos.

Nos principais projetos com financiamento oficial chinês (vide ANEXO F), percebe-se que os empréstimos para a reconstrução de infraestruturas e construções de estradas são os módulos mais recorrentes nas negociações entre o governo chinês e o governo de Botswana. Os setores de infraestruturas, serviços sociais, governo e sociedade civil agregam um total de oito projetos e 129 milhões de dólares (vide ANEXO F). Observa-se também que o setor da educação comporta nove projetos e 1,7 milhões de dólares.

No que diz respeito aos principais projetos com financiamento não oficial chinês, pode-se observar que os maiores valores correspondem à construção de estradas, empréstimos e uma estação de energia. Os setores que mais se destacam são o de geração de energia, infraestruturas e serviços sociais, governo e sociedade civil e transporte, com um total de 16 projetos e 327 milhões de dólares (vide ANEXO G).

Depreende-se dos dados apresentados acima que há mais projetos em Angola do que em Botswana, e as quantias dos projetos de Angola são maiores do que as apresentadas em Botswana. Dentre os projetos de Angola, os que mais se destacam e possuem os maiores valores são os relacionados ao setor petrolífero, e em Botswana são os projetos relacionados à infraestrutura. Esse resultado deve-se, em grande parte, ao fato de Angola possuir petróleo e a China ter muito interesse nessa abundância energética que o país africano apresenta. Mas isso não exclui outro fato importante, a China financia oficialmente projetos em Botswana e mantém relações comerciais com esse país africano – ainda que em percentagem menor –, mesmo sabendo que Botswana não possui petróleo. Isso indica que a China estaria se tornando um parceiro para o desenvolvimento africano ao estabelecer a cooperação sino-africana e estreitar as relações diplomáticas, comerciais e de cooperação também com países desprovidos de petróleo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício desta pesquisa permitiu o alcance de algumas observações, que serão descritas neste capítulo. A cooperação internacional está diretamente relacionada às mudanças na economia política internacional, pois esta atua como um fator que orienta a possibilidade de cooperação entre os países. Um conceito único de cooperação internacional é dificultado pela falta de consenso da comunidade internacional, pela diversidade de definições, e pela própria condição espaço-temporal do termo cooperação internacional.

Por se tratar de um processo de coordenação de políticas entre países e de ser um instrumento de política externa, a definição de cooperação internacional de Keohane é pertinente para observar esse fenômeno no âmbito das relações sino-africanas, principalmente no que se refere ao Focac. A perspectiva institucionalista liberal também é relevante, haja vista, o advento da interdependência, o papel das organizações internacionais e da participação dos países do Sul na promoção da cooperação internacional. A pesquisa confirmou que os países são atores racionais movidos por seus interesses e optam pela cooperação quando o ambiente internacional possibilita essa ação.

A China coloca a segurança energética como prioridade na sua agenda internacional após deixar de ser autossuficiente em petróleo (1993) e apresentar um crescimento econômico exponencial, nesse sentido, o país passa a utilizar a cooperação internacional como instrumento de política externa na sua ofensiva diplomática para diversificar fontes e parcerias buscando minorar essa vulnerabilidade.

O continente africano foi conquistado, ocupado pelas potências imperialistas, e passou pela instauração, consolidação e exploração do sistema colonial. Muitas das heranças do colonialismo transformaram-se em sequelas permanentes ou difíceis de superar. Alguns impactos e desafios deixados pelo colonialismo na África representam o plano de fundo da materialização das políticas dos países africanos no cenário internacional desde sua independência. Os impactos do colonialismo no continente africano são profundos e a África luta para solucionar ou tentar minorar as graves sequelas herdadas do colonialismo, seja com relação aos elevados níveis de pobreza e desemprego, na estrutura geopolítica, nas questões sociais ou econômicas. As tentativas, nesse sentido, ganharam um status de movimento internacional, envolvendo a

ONU no combate aos males que afligem não só, mas principalmente, o continente africano.

As relações da China com os países africanos iniciaram-se na década de 1960, com o apoio chinês a descolonização africana, entretanto as relações sino-africanas só viriam a se concretizar e institucionalizar em 2000, com a criação do Focac. No âmbito do Fórum de Cooperação China-África pode-se compreender a definição de cooperação internacional de Keohane, pois há uma coordenação de políticas entre a China e os 50 países africanos refletindo o interesse compartilhado de manter o diálogo e de estreitar as relações diplomáticas e comerciais através da cooperação.

Angola teve colonização portuguesa (relativamente atrasada), é um país que obteve sua independência em 1975 e, ainda assim sofreu com uma guerra interna de 27 anos que acabou destruindo as infraestruturas políticas, sociais e conseqüentemente econômicas. Essa guerra interna acabou em 2002, e o país, hoje, ainda reconstrói infraestruturas e instituições e, ao mesmo tempo, tenta se inserir no sistema internacional, depois de se tornar intensiva em petróleo em uma era em que o mundo tornou-se intensivo em consumo. Botswana era protetorado e colônia britânica e obteve sua independência em 1966, desde então obteve bons resultados em termos de governança. Ambos os países possuem taxas preocupantes de pobreza, desemprego, saúde e educação, mas estão buscando melhorar estes indicadores e tem conseguido progressos importantes.

Na análise dos dados, verificou-se que Angola e Botswana são extremamente dependentes de seus principais setores da economia, respectivamente o setor petrolífero e o setor de mineração (diamantes), e esse fato mostra o quão vulneráveis essas duas economias são em relação às flutuações internacionais nos preços desses itens.

Em relação aos dados de comércio exterior de Angola com a China, observou-se que o intercâmbio comercial elevou-se a partir de 2000 e tende a seguir esse ritmo, devido ao crescimento exponencial do setor petrolífero em Angola, do fluxo de investimentos chineses nesse setor no país africano visando desenvolvê-lo e do interesse energético chinês. Os dados de comércio exterior de Botswana com a China revelaram que o intercâmbio comercial entre esses dois países começou a elevar-se somente em 2004 e desde então apresentou déficit no saldo da balança comercial, devido ao fato de Botswana importar muito da China e exportar pouco para a China. Portanto, por Botswana ser intensiva em mineração (diamantes) e o interesse prioritário chinês ser a segurança energética, a relação comercial entre esses dois países

apresenta uma tendência de *déficit* no saldo da balança comercial desde 2004. Na origem das importações de Angola e Botswana, percebeu-se que a China, de 2000 para 2011, passou a ocupar os primeiros lugares como principal fornecedora desses dois países africanos. Na composição das importações de Angola e Botswana da China em 2011, observou-se o predomínio de equipamentos, materiais de construção, peças de automóveis e maquinaria. Quanto a composição das exportações de Angola e Botswana para a China em 2011, predominam a exportação de petróleo bruto e diamantes respectivamente. Ambos países africanos buscam a diversificação de parceiros comerciais e da pauta de exportações na tentativa de se desvincular do passado colonial.

A relação de Angola com a China desenvolveu-se e evoluiu mais do que a relação de Botswana com a China, principalmente pelo fator energético. No entanto a China mantém relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com Botswana que é desprovida de recursos energéticos. Ainda que em menor proporção, a relação da China com Botswana demonstra que o país asiático mantém relações comerciais com países desprovidos de petróleo, visando incentivar o estreitamento das relações e o desenvolvimento em longo prazo. A cooperação sino-africana é algo recente, portanto, a China está se esforçando e tentando encontrar meios para estreitar as relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com os países desprovidos de recursos energéticos.

A análise dos projetos financiados pela China em Angola e Botswana revelou que há mais projetos em Angola (60) do que em Botswana (33) e essa diferença numérica na quantidade de projetos financiados pela China, deve-se principalmente a questão petrolífera e ao interesse energético chinês. No entanto o fato de Botswana não possuir petróleo não impede que a China mantenha relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com este país, pelo contrário, estabelecer e estreitar relações com países desprovidos de recursos energéticos é uma forma de demonstrar que o interesse chinês ao se aproximar da África não se limita apenas à obtenção de fontes petrolíferas para suprir a sua necessidade energética, inclui também tornar-se um parceiro que estimula o desenvolvimento africano. Percebeu-se que 1/3 dos projetos tem o status de concluído e que os projetos com financiamento bruto correspondem a menos da metade do total. A cooperação sino-africana não se baseia apenas na modalidade financeira, ela também ocorre na forma de cooperação técnica através de bolsas de estudos, cursos profissionalizantes, treinamentos técnicos em áreas agrícolas e mineiras, e criação de centros culturais. Há também cooperação na área de infraestrutura, essa ocorre através de empréstimos

para este setor, compra de materiais de construção, estabelecimento de empresas chinesas do setor da construção civil nos países africanos, formação de mão de obra africana especializada, financiamentos de projetos dos governos africanos para a reestruturação e construção de infraestruturas como escolas, hospitais e estradas.

Com os dados sobre os projetos financiados pela China em Angola e Botswana, pode-se verificar que há mais projetos em Angola do que em Botswana (praticamente o dobro no mesmo período analisado). Assim como a quantidade de projetos é maior em Angola, os valores dos projetos também são maiores nesse país. Dentre os projetos em Angola, os que mais se destacam e possuem os maiores valores são os relacionados ao setor petrolífero, e em Botswana predominam os empréstimos para a construção de infraestruturas. Mesmo que o número de projetos e o valor sejam menores em Botswana, isso não anula o fato da China financiar projetos nesse país africano.

Percebeu-se uma melhora considerável nos indicadores sociais na última década e uma preocupação e esforço por parte dos governos quanto às questões sociais e econômicas, ao elaborarem projetos nas áreas sociais e investirem em outros setores da economia para diversificação da pauta de exportações. A participação chinesa nos progressos significativos apresentados por Angola e Botswana nas questões sociais materializa-se na forma de empréstimos sem condicionalidades para a construção de infraestruturas (escolas, hospitais, estradas), doações para o setor da saúde, concessões financeiras, cooperação na área da educação (bolsas de estudo, intercâmbios, cursos), cooperação técnica (cursos e treinamentos profissionalizantes), principalmente nos setores agrícola e mineiro, perdão de dívidas, investimentos, linhas de crédito, transferência de tecnologia e *know-how*. Especificamente em relação a Angola, a cooperação com a China tem colaborado para a reconstrução das infraestruturas do país através dos empréstimos direcionados para esse fim e dos investimentos no setor petrolífero. Botswana obteve com a cooperação com a China, empréstimos sem juros para construir infraestruturas que viabilizaram o acesso da população aos serviços essenciais (educação e saúde). Em ambos os países, a cooperação técnica e profissionalizante tem proporcionado um aumento da mão de obra africana qualificada.

Diante dos dados analisados, verificou-se que, ao estabelecer a cooperação sino-africana, a China se tornou um parceiro do desenvolvimento africano mantendo relações diplomáticas, comerciais e

de cooperação com países dotados e desprovidos de recursos energéticos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Poliana Reis. **Cooperação técnica para o desenvolvimento e a política externa brasileira**. 2008. 65 f. Monografia (Especialização) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2008.

African development bank group. Disponível em:
<<http://www.afdb.org/en/>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

AEO. **African economic outlook**. 2012 Disponível em:
<<http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

AID DATA. **Tracking chinese development finance to Africa – Beta**. Disponível em: <<http://china.aiddata.org/>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

Angolan ministry of finance. 2007. Disponível em:
<<http://www.minfin.gv.ao/index.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

ALVES, André Gustavo Miranda Pineli. Os interesses econômicos da China na África. In: **Boletim de economia e política internacional**, Brasília, v. 01, n. 01, p. 25-31, 21 jan. 2010. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100621_boletim_internacional01.pdf.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

AYLLÓN, Bruno. O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas relações internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. In: **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, v.5, n. 8, jan. 2006, p. 5-23. Disponível em:
<http://www.faap.edu.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf#page=5>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BOAHEN, Albert Adu. A África Diante do Desafio Colonial. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 1-20. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

_____. O Colonialismo na África: impacto e significação. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 919-950. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC News). **Botswana profile: a chronology of key events**. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13041658>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CIA. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Estados Unidos. **The world factbook: Angola**. 2012. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **The world factbook: Bostwana**. 2012. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bc.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A Economia Colonial das Antigas Zonas Francesas, Belgas e Portuguesas (1914-1935). In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 401-436. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. As Mudanças Econômicas na África em Seu Contexto Mundial (1935-1980). In: MAZRUI, Ali A. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 337-376. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

CHANAIWA, David. A África Austral. In: A MAZRUI, Ali. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p.

295-334. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>.

Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Iniciativas e Resistência Africanas na África Meridional. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 219-249. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>.

Acesso em: 20 abr. 2014.

CORRÊA, M. Lopes. **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília: edição do autor, 2010.

CROWDER, Michael. A Primeira Guerra Mundial e Suas Consequências. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 319-351. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>.

Acesso em: 27 abr. 2014.

_____. A África Sob Domínio Britânico e Belga. In: MAZRUI, Ali A. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 89-121. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>.

Acesso em: 27 abr. 2014.

DAVIDSON, A. Basil; ISAACMAN, Allen F.; PÉLISSIER, René. Política e Nacionalismo nas Áfricas Central e Meridional. In: BOAHEN, Alfred. **História Geral da África VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 786-832. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>>.

Acesso em: 15 abr. 2014.

EDMONDSON, Locksley. A África e as Regiões em Desenvolvimento. In: A MAZRUI, Ali. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 1003-1051. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>.

Acesso em: 18 abr. 2014.

ESTEVEES, Paulo Luiz M. L. et al. **A cooperação sino-africana:** tendências e impactos para a ajuda oficial ao desenvolvimento. 2011. Elaborada pelo Núcleo de Pesquisa e Cooperação Técnica e Ciências e Tecnologia dos Países BRICS. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/152/doc/2054497193.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FOCAC. **Forum on China-Africa Cooperation.** 2004. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. PNUD. 2013. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf. Acesso em: 07 jun. 2014.

KEOHANE, Robert. **Despues de la hegemonia:** cooperación y discordia en la política econômica mundial. Ed. Argentina. Buenos Aires: Grupo Editorial Latino-Americano, 1988.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Poder y interdependencia:** la política mundial en transición. Trad. Herbert Cardoso Franco. Buenos Aires: Grupo Editorial Latino-Americano, 1977.

KEOHANE, R.O. “**After Hegemony:** Cooperation and Discord in the World Political Economy”. Princeton University Press, 1984.

KIPRÉ, Pierre. O Desenvolvimento Industrial e o Crescimento Urbano. In: A MAZRUI, Ali. História Geral da África VIII: África Desde 1935. Brasília: Unesco, 2010. p. 429-469. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

LEITE, Patrícia Soares. A cooperação Sul-Sul numa perspectiva teórica de relações internacionais: a cooperação internacional na ótica da teoria neorrealista e institucionalista liberal; a cooperação Sul-Sul. In: _____. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 17-39.

LIBÂNIO, João Batista. **África:** um continente esquecido. Domtotal, Brasil, p. 01, 29 jul. 2011. Disponível em:

<<http://www.domtotal.com.br/colunas/detalhes.php?artId=2116>>.
Acesso em: 16 jun. 2014.

GAZIBO, Mamoudou; MBABIA, Olivier. **Reordenando as relações internacionais**: o Fórum de Cooperação China-África. 2012. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. 2012, p. 53-77.

M'BOKOLO, Elikia. A África Equatorial do Oeste. In: A MAZRUI, Ali. **História Geral da África VIII**: África Desde 1935. Brasília: Unesco, 2010. p. 228-260. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>.
Acesso em: 10 abr. 2014.

MILANI, Carlos R. S. **Aprendendo com a história**: críticas à experiência da cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação Sul-Sul. Scielo Scientific Electronic Library Online. 2012, vol. 25, n. 65, p. 211-231. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003>. Acesso em: 03 jun. 2014.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **A segurança energética da China e as reações dos EUA**. Scielo: Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 361-390, maio 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 03 mai. 2013.

PNUD. **Programa das nações unidas para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/AGO.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Programa das nações unidas para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/BWA.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2014.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperación y desarrollo**: nueve preguntas sobre el tema. Burgos, España: Amycos. Disponível em:
<www.ciberoamericana.unican.es/documentos/

introcopdes/Cooperación%20y%20desarrollo.%20Nueve%20preguntas%20sobre%20el%20tema.pdf>. 2002. Acesso em: 12 fev. 2010.

SOARES, Guido Fernando Silva. A cooperação técnica internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, Albert Adu. A África Ocidental. In: A MAZRUI, Ali. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 191-227. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

OECD. **The observatory of economic complexity**. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/explore/tree_map/sitc/export/ago/all/show/2011/>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. **The observatory of economic complexity**. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/explore/tree_map/sitc/export/bwa/all/show/2011/>. Acesso em: 01 jun. 2014.

THE WORLD BANK – Banco Mundial. 2012. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James. A África e os Países Socialistas. In: A MAZRUI, Ali. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 964-1001. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE (UN COMTRADE). 2012. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

VENTURA, Nuno. **Ásia Central: o novo grande jogo**. Daxiyanguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos, n. 13, p. 3-44, 2008.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **As relações sino-africanas: (muitos) e mitos e (algumas) realidades**. Século XXI, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 25-40, jun. 2012. Disponível em:

<<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1834/111>>.
Acesso em: 15 jul. 2013.

WONDJI, C. Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990.
In: A MAZRUI, Ali. **História Geral da África VIII: África Desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 1133-1141. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>>.
Acesso em: 09 abr. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – Projetos em Angola e Botswana por ano e seus respectivos status

Tabela A.1: Total de projetos em Angola e Botswana por ano e seus respectivos status

Angola			Botswana		
Ano	Total de projetos	Status dos projetos	Ano	Total de projetos	Status dos projetos
2000	3	1 concluído 1 compromisso 1 implementado	2000	2	1 concluído 1 compromisso
2001	8	5 concluídos 1 compromisso 1 implementado 1 promessa	2001	0	-
2002	7	6 concluídos 1 compromisso	2002	0	-
2003	4	1 concluído 1 compromisso 1 implementado 1 promessa	2003	1	1 concluído
2004	4	1 concluído 3 implementados	2004	4	1 concluído 2 implementados 1 promessa
2005	6	3 concluídos 1 compromisso 1 implementado 1 promessa	2005	2	1 compromisso 1 implementado
2006	5	2 concluídos 3 implementados	2006	3	1 concluído 1 implementado 1 promessa
2007	1	1 concluído	2007	1	1 concluído
2008	3	2 compromissos 1 implementado	2008	1	1 implementado
2009	3	1 concluído 1 compromisso 1 implementado	2009	9	6 concluídos 2 compromissos 1 promessa
2010	10	3 concluídos 7 promessas	2010	3	1 compromisso 2 implementados
2011	1	1 implementado	2011	3	2 concluídos 1 implementado
2012	3	2 compromissos 1 promessa	2012	4	3 concluídos 1 promessa
2013	2	2 implementados	2013	0	-

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

ANEXO B – Projetos financiados pela China de 2000 a 2013 em Angola. Seleção específica dos projetos em contribuição financeira bruta

Tabela B.1: Projetos financiados oficialmente pela China em Angola

Anº	Nome do Projeto	Quantia (US\$)	Status
2001	Doação para vítimas das enchentes	\$33.256	Concluído
2001	Empréstimo sem juros para o hospital	\$13.302,526	Concluído
2002	Equipamento para minas	\$1.487,822	Compromisso
2002	Medicina, equipamentos e ajuda humanitária	\$495.940	Concluído
2002	Reabilitação e extensão do sistema elétrico, em Luanda, fase 1	\$24.797,039	Concluído
2002	Reabilitação da ferrovia de Luanda, fase 1	\$148.782,235	Concluído
2004	Fase 1 do Projeto Nacional de Reabilitação	\$1.506,865,020	Implementado
2004	Fase 2 do Projeto Nacional de Reabilitação (ligada ao projeto n° 991)	\$309.359,388	Implementado
2005	Empréstimo para a reconstrução de infraestrutura (Benguela Railway, Luanda, Luanda ao Uíge Highway)	\$2.870,877,753	Implementado
2005	Reabilitação do sistema elétrico Luanda, Fase 2	\$66.030,188	Concluído
2005	Rede de Telecomunicações – ZTE Corporation e Mundo Startel	\$99.045,282	Concluído
2006	Aquisição parcial da Ti Angola Offshore Oil Fields (blocos 15, 17, 18)	\$3.229,921,371	Implementado
2006	Reconstrução do hospital central do Lubango	\$65.405,907	Implementado
2006	Crédito para equipamentos de telecomunicações ZTE	\$5.542,324	Implementado
2006	Uma linha de distribuição de energia elétrica de 45 km entre Quifangondo e Mabubas	\$19.635,230	Concluído
2008	Rede elétrica (relacionados ao projeto ID # 65 e ID # 66)	\$50.556,324	Compromisso
2008	Construção de ruas (relacionados ao projeto ID # 64 e ID # 65)	\$56.623,083	Implementado
2008	Projetos de água	\$29.118,420	Compromisso
2009	Empréstimo para o desenvolvimento agrícola	\$1.200,000,000	Implementado
2009	Mabubas hidrelétrica	\$21.700,000	Concluído
2009	Aquisição de 20% da CNOOC e Sinopec do bloco 32 de Marathon	\$1.300,000,000	Compromisso
2010	Empréstimo para a reconstrução de estradas	\$464.838,149	Promessa
2010	Doação para associação de voleibol	\$55.780	Concluído
2011	Kilamba desenvolvimento de habitação social	\$2.926,194,952	Implementado
2012	Empréstimo para a energia e construção de hospitais e estações de tratamento de água	\$420.240,108	Compromisso

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

ANEXO C – Cinco principais projetos com financiamento oficial e não oficial chinês de 2000 a 2013 em Angola

Tabela C.1: Cinco principais projetos com financiamento oficial chinês em Angola

Ano	Nome do Projeto	Quantia (Milhões US\$)
2003	Empréstimo para infraestrutura	\$483,3
2004	Fase 1 do Projeto Nacional de Reabilitação	\$151
2009	Empréstimos para o desenvolvimento da agricultura	\$120
2010	Pacotes de ajuda	\$488,9
2010	Empréstimo para a reconstrução de estradas	\$464,8

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

Tabela C.2: Cinco principais projetos com financiamento não oficial chinês em Angola

Ano	Nome do Projeto	Quantia (Milhões US\$)
2001	Construção de refinaria de petróleo	\$582
2004	Fase 1 do Projeto Nacional de Reabilitação	\$151
2005	Empréstimo para a reconstrução de infraestrutura (Benguela Railway, Luanda, Luanda ao Uíge Highway)	\$287
2006	Aquisição parcial da Ti Angola Offshore Oil Fields (blocos 15, 17, 18)	\$323
2011	Kilamba desenvolvimento de habitação social	\$293

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

ANEXO D – Projetos com financiamento oficial e não oficial chinês em Angola distribuídos por setor

Tabela D.1: Projetos com financiamento oficial chinês em Angola distribuídos por setor

Setor	Quantia (Milhões US\$)	Projetos
Transporte e armazenagem	\$218	4
Geração de energia e abastecimento	\$161	6
Não alocado / não especificado	\$137	4
Outros – Multisetores	\$121	3
Agricultura, florestas e pesca	\$120	3
Comunicações	\$99	2
Saúde	\$94,2	6
Resposta de emergência	\$84	4
Governo e sociedade civil	\$41,7	9
Abastecimento de água e saneamento	\$29,1	1
Ações relacionadas com a dívida	\$18,6	2
Outras infraestruturas e serviços sociais	\$17,7	1

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

Tabela D.2: Projetos com financiamento não oficial chinês em Angola distribuídos por setor

Setor	Quantia (Milhões US\$)	Projetos
Transporte e armazenagem	\$505	5
Outras infraestruturas e serviços sociais	\$294	4
Geração de energia e abastecimento	\$182,7	7
Comunicações	\$157,6	3
Indústria, mineração, construção	\$103,5	5
Resposta de emergência	\$84	5

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

ANEXO E – Projetos financiados pela China de 2000 a 2013 em Botswana. Seleção específica dos projetos com contribuição financeira bruta

Tabela E.1: Projetos financiados oficialmente pela China em Botswana

Ano	Nome do Projeto	Quantia (US\$)	Status
2003	Estrada Letlhakeng Kang, Fase 1	\$38.928,853	Concluído
2004	Estrada Dutlwe-Morwamosu [O mesmo que Letlhakeng-Kang Fase 2]	\$23.525,707	Concluído
2004	Subsídio de formação de recursos humanos e compra de equipamentos	\$642.191	Pipeline: Promessa
2004	Empréstimo para empresas de médio porte e casas de baixo custo	\$37.568,173	Implementado
2004	Multi-Purpose Centro da Juventude	\$14.315,217	Implementado
2006	Assistência ao Partido Democrata de Botswana	\$161.496	Concluído
2006	Empréstimo Eximbank para projeto habitacional	\$12.681,937	Implementado
2009	Centro de Atividade para Jovens	\$11.180	Concluído

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

ANEXO F – Cinco projetos com financiamento oficial e não oficial chinês de 2000 a 2013 em Botswana

Tabela F.1: Cinco principais projetos com financiamento oficial chinês em Botswana

Ano	Nome do Projeto	Quantia Milhões de US\$
2003	Estrada Letlhakeng-Kang, a Fase 1	\$38,9
2004	Empréstimo para casas de custo médio e baixo	\$37,6
2004	Estrada Dutlwe-Morwamosu [O mesmo que Letlhakeng-Kang Fase 2]	\$23,5
2004	Multi-Purpose Centro da Juventude	\$14,3
2006	Empréstimo do Eximbank para projeto de habitação	\$12,7

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

Tabela F.2: Principais projetos com financiamento não oficial chinês em Botswana

Ano	Nome do Projeto	Quantia (Milhões de US\$)
2009	Morupule B Projeto de Expansão de Energia	\$825
2010	Estação de Energia Mookane	\$536,4

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

ANEXO G – Projetos com financiamento oficial e não oficial chinês em Botswana distribuídos por setor

Tabela G.1: Projetos com financiamento oficial chinês em Botswana

Setor	Quantia Milhões de US\$	Projetos
Outras infraestruturas e serviços sociais	\$64,6	5
Governo e sociedade civil	\$64,2	3
Transporte e armazenagem	\$62,5	2
Não alocado / não especificado	\$15,1	4
Educação	\$1,7	9
Saúde	\$1,7	2

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.

Tabela G.2: Projetos com financiamento não oficial chinês em Botswana

Setor	Quantia Milhões de US\$	Projetos
Geração de energia e abastecimento	\$136	3
Outras infraestruturas e serviços sociais	\$64,6	6
Governo e sociedade civil	\$64,2	4
Transporte e armazenagem	\$62,5	3
Assistência de mercadorias não-alimentares	\$16	1

Fonte: AidData Chinese Official Finance to Africa, 2014. Elaboração da autora.